

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ENSINO MÉDIO: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS ORIENTADAS PELO
PRINCÍPIO DO RESPEITO MÚTUO**

Naiara Aguiar Santestevan

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ENSINO MÉDIO: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS ORIENTADAS PELO
PRINCÍPIO DO RESPEITO MÚTUO**

Naiara Aguiar Santestevan

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof. Russel Teresinha Dutra da Rosa

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

À Professora Russel Teresinha Dutra da Rosa, pela excelente orientação e por ser um exemplo de educadora. Por permitir o desenvolvimento desse trabalho e por torná-lo mais leve e prazeroso. Pelas conversas e sugestões, pelo carinho, e por dedicar seu tempo a me ajudar.

À Professora Eunice Kindel, por ter participado de uma etapa valiosa para mim, durante o estágio com os *pequenos*, em que optei pelo tema do trabalho de conclusão. Por me tornar, durante esse período, uma pessoa mais confiante e por aumentar, ainda mais, a minha paixão pela licenciatura.

À Janira Prichula, pela amizade e lealdade, pela força, por estar sempre disposta a me ajudar e entender as minhas angústias de uma maneira única. Por enriquecer minha vivência docente e por compartilhar tudo comigo.

Aos meus pais, Vitor e Luiza Santestevan, e à minha irmã, Vanessa Santestevan, pelo apoio e compreensão.

Ao Emanuel Hollenbach, pela presença em todos os momentos, pela ajuda e pelas reflexões e conversas esclarecedoras.

Aos colegas das disciplinas de estágio docente, pelos momentos únicos vivenciados juntos. Em especial, às colegas e amigas Simone Ximenes e Luana Moraes, por estarem sempre presentes e contribuírem imensamente para que eu tivesse calma durante os estágios e, principalmente, pelas trocas de experiências.

Aos *Curicacas*, por despertarem em mim novos sentimentos e pensamentos. Por me ajudarem a construir um novo caminho e uma nova mentalidade.

Aos alunos da 6ª série do estágio de ciências, por terem despertado em mim esse tema, por terem me surpreendido e permanecerem em minha lembrança em cada detalhe, tendo contribuído imensamente para meu amadurecimento profissional e pessoal.

Ai de nós, educadores,
se deixarmos de sonhar sonhos possíveis.

Paulo Freire¹

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Rosália Duarte, 2002.

¹ Trecho de Paulo Freire abordado por Cristina Baldauf durante sua palestra sobre projetos de educação ambiental da ONG Anama (Maquiné/RS) – Encontrado na obra de Kindel *et al* (2004, p. 89).

RESUMO

A escola é o local que deveria propiciar o desenvolvimento integral e dinâmico dos indivíduos, envolvendo elementos cognitivos, linguísticos, afetivos, sociais e morais. Diante de problemas recorrentes de indisciplina escolar e de gestos de incivilidade, os quais os professores podem ter dificuldades para manejar, percebe-se a necessidade de examinar a atenção dedicada ao planejamento de interações sociais em sala de aula, pautadas pelo princípio do respeito mútuo, mediante a vivência de práticas de cordialidade. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi o de estudar se o princípio do respeito mútuo e o desenvolvimento da capacidade de negociação, empregando a cortesia linguística, estão previstos em propostas pedagógicas dirigidas ao Ensino Médio. Para isso, investigou-se as características de propostas previstas em uma revista dirigida a professores da Educação Básica, a Revista Nova Escola, especificamente no que se refere à forma de sua implementação no âmbito da sala de aula. A metodologia utilizada, baseada em uma abordagem qualitativa, consistiu na análise de planos de aula selecionados a partir de palavras-chave e expressões relacionadas ao foco do estudo. As palavras e expressões utilizadas foram: *respeito mútuo*, com e sem aspas, *cortesia*, “*cortesia linguística*”, “*autonomia moral*”, *autoridade*, *agressividade*, *civilidade*, *heteronomia*, *indisciplina*, *preconceito*, *reciprocidade*, “*resolução de conflitos*”. Ao serem aplicadas na ferramenta de busca do *site* da Revista Nova Escola, foi possível localizar 756 planos de aula. Destes, 19 foram selecionados para análise detalhada, pois apresentavam relação com a temática em questão. A análise dos planos evidenciou uma carência no que diz respeito ao trabalho de temáticas do dia a dia, valores e orientações quanto às relações interpessoais no sentido de serem trabalhados princípios de reciprocidade, orientados pelo respeito mútuo e pela prática das boas maneiras. Dessa forma, ao constatar que a maioria dos planos apenas tangenciava o tema, percebeu-se a necessidade de discutir de forma efetiva a inclusão dessas temáticas nos cursos de formação de professores, a fim de que se possa ter um corpo docente preparado para desenvolver projetos pedagógicos voltados à implementação do princípio do respeito mútuo orientado pela cortesia linguística, proporcionando, também, o desenvolvimento da autonomia moral do aluno no ambiente escolar.

Palavras-chave: respeito mútuo, cortesia, cortesia linguística, reciprocidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 OBJETIVOS	9
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	24
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar tem entre suas atribuições a responsabilidade de proporcionar as condições para o pleno desenvolvimento do aluno, permitindo que suas potencialidades e valores se construam através das experiências. Arelado a isso, é papel da escola formar cidadãos pelo cultivo do senso crítico, promovendo a capacidade de agir de maneira autônoma, baseada no princípio do respeito mútuo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996 apud UNBEHAUM, 2008), o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho, deveriam passar por um processo inspirado nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, através de práticas educativas que levassem ao desenvolvimento do educando em direção aos direitos humanos. Este pode ser considerado um tipo de educação preventiva, uma vez que, no momento em que são trabalhados valores dentro do ambiente escolar evita-se uma série de infrações cotidianas dentro e fora desta instituição, como gestos de incivilidade, agressões físicas e verbais e atos de violência.

É possível observar, durante a trajetória escolar, certa preocupação com o desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência em grupo, bem como as capacidades cognitivas dos alunos. A instituição escolar atua ativamente sobre a formação dos estudantes durante todo o período escolar, entretanto, nota-se o predomínio de atividades voltadas às relações interpessoais principalmente durante a educação infantil e o ensino fundamental. Porém, o processo de aquisição da autonomia não tem fim após a educação infantil; ela permanece em construção durante a juventude e pode sofrer transformações mesmo durante a fase adulta.

O Ensino Médio constitui a última etapa da Educação Básica e, portanto, um momento de constituição dos saberes necessários ao exercício da cidadania. É possível encontrar no Artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como sendo uma das finalidades do Ensino Médio, o de continuar o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996, p.29). Entretanto, a educação tecnológica aparece como um dos focos dados pelo documento, diferentemente de outros estágios da Educação Básica em que essa formação é mais enfatizada.

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apontem a necessidade de trabalhar a ética nas escolas por professores e alunos, percebe-se pouca efetividade dessas propostas no dia a dia das salas de aula, tanto quanto nos currículos formadores de professores. Ainda nos PCN, o Ensino Médio destaca-se por ter como um de seus principais objetivos a formação para o mercado de trabalho, como se o jovem não precisasse continuar aprendendo a estabelecer relações baseadas no princípio do respeito mútuo. Entretanto, sabe-se que as vivências construídas na escola desempenham papel fundamental sobre a formação moral dos alunos, uma vez que o período escolar coincide com etapas fundamentais para o desenvolvimento desses indivíduos – a infância e a adolescência.

Ao “identificar a escola como muito mais do que um espaço de aprendizagem formal, mas como um espaço sociocultural de vivências diferenciadas e construção da identidade” (LOPES e KINDEL, 2001, p. 34), pode-se considerar a preocupação em estabelecer relações baseadas no princípio do respeito mútuo com os alunos, sendo essa uma das tentativas de desenvolver o aprendizado de valores partilhados socialmente.

A vida dentro e fora da sala de aula é feita de negociações e, uma vez que as relações estruturam-se através da comunicação, a linguagem empregada, nesse contexto, precisa ser objeto de análise e de reflexão. No presente estudo interessa pensar modos de ensinar a cortesia linguística por meio das interações sociais entre professores e alunos na sala de aula, dando enfoque a uma abordagem pela perspectiva do interacionismo simbólico, e não pela ótica da linguística aplicada. Por conseguinte, saber escolher o mais adequado para falar em um dado contexto pode não ser algo fácil, mas é de extrema importância. A escola é um espaço com formas de interação e diálogo próprias e distintas de outras instituições, apresentando regras tácitas quanto às formas de comunicação legítimas. Nesse sentido, a escola é um ambiente que, além de proporcionar aprendizados, está repleta de interações linguísticas, algumas mais apropriadas do que outras a esse contexto, as quais podem caracterizar-se como momentos de negociações ou como momentos de tensões e conflitos.

Cabe ainda mencionar que, durante os estágios de docência, obtive resultados positivos em sala de aula por estar orientada pelo princípio do respeito mútuo durante o planejamento das aulas e adotando gestos de civilidade como o emprego da cortesia linguística nas interações com os alunos. Além disso, pude observar o quanto a ausência do respeito mútuo e da cortesia, no ambiente escolar, comprometiam as atividades de ensino e aprendizagem. Por essas razões optei, no trabalho de conclusão de curso, por escolher um tema envolvendo o papel da escola, particularmente de Nível Médio, no desenvolvimento do princípio do respeito mútuo e de práticas civilizatórias, pautadas pela cortesia linguística.

Sendo assim, nesta monografia são discutidas propostas pedagógicas orientadas pelo princípio do respeito mútuo e que empreguem formas de comunicação polidas com a utilização de marcadores de atenuação. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as diferentes formas que o tema do respeito mútuo e da cortesia linguística aparecem na literatura científica e mesmo em materiais destinados ao público docente. Em seguida, é descrita a metodologia utilizada para a escolha do material empírico e para a análise do material documental. Finalmente, são expostos os resultados, confrontando-os com a literatura consultada, por meio de uma discussão. Na última seção, são ainda apresentadas as considerações finais, onde constam os elementos necessários para a constituição de propostas pedagógicas que permitem incluir esta temática nas práticas escolares.

2 OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é estudar se o princípio do respeito mútuo e o desenvolvimento da capacidade de negociação, empregando a cortesia linguística, estão previstos em propostas pedagógicas dirigidas ao Ensino Médio. Além disso, pretende-se investigar as características de propostas previstas em uma revista dirigida a professores da Educação Básica, especificamente no que se refere à forma de sua implementação no âmbito da sala de aula. Para isso, as questões que norteiam o estudo são as seguintes:

- O princípio do respeito mútuo, como orientador de práticas pedagógicas, previstas para realização no Ensino Médio, está presente em uma revista de grande circulação dirigida a professores?

- A cortesia linguística a ser empregada nas interações e negociações em sala de aula é abordada em propostas pedagógicas endereçadas ao Ensino Médio, em uma revista dirigida a professores?

- Como são as propostas que envolvem o princípio do respeito mútuo?

- Como são as propostas que abordam explicitamente o emprego da cortesia linguística nas interações e negociações em sala de aula?

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As relações interpessoais assumem um papel fundamental durante os processos de formação e aprendizagem do ser humano. A escola é o local que deveria propiciar o desenvolvimento integral e dinâmico dos indivíduos, envolvendo elementos cognitivos, linguísticos, afetivos, sociais e morais. Diante de problemas recorrentes de indisciplina escolar e de gestos de incivilidade, os quais os professores podem ter dificuldades para manejar, percebe-se a necessidade de examinar a atenção dedicada ao planejamento de interações sociais em sala de aula, pautadas pelo princípio do respeito mútuo, mediante a vivência de práticas de cordialidade.

O princípio do respeito mútuo se insere no campo da moral e da ética como parte de uma série de normas, adotadas como referência para a conduta dos indivíduos (TARDELI, 2003). As reflexões referentes à noção de respeito são bastante complexas uma vez que “o respeito pode ser traduzido pela *valorização* de cada indivíduo em sua *peculiaridade* e nas características que o constituem como indivíduo singular” (TARDELI, 2003, p. 47, grifo da autora).

O desenvolvimento moral foi objeto de estudo de Jean Piaget, autor que aborda a construção da moralidade pela criança, podendo se constituir como uma referência para a educação em valores. De acordo com Menin (2002), para Piaget, em condições normais de desenvolvimento, a construção da moralidade infantil segue uma sequência de etapas que podem ser observadas: a primeira seria a “heteronomia” ou “moral do dever”, em que predomina o respeito unilateral da criança em relação ao adulto; e a segunda seria a “autonomia”, ou “moral do bem”, com a presença das noções de reciprocidade e de respeito mútuo (KAMII, 1991; MENIN, 2002). Nessa perspectiva, a educação moral ocorre mediante interações sociais em que a criança deve respeitar e ser respeitada pelo adulto, tendo espaço para expressão dos seus pontos de vista e sendo incentivada a tomar decisões, baseada em princípios compartilhados.

Na visão piagetiana e de autores que nele têm-se inspirado, a educação moral ou educação em valores não poderia jamais se dar na forma de imposição de valores, por melhores que estes fossem, nem deixada à livre escolha de cada um (Menin, 2002, p. 97).

Menin (2002) sublinha a horizontalidade da relação entre criança e adulto em uma educação moral que se faz por meio de relações de reciprocidade, a qual contribui para o desenvolvimento da autonomia.

Na escola, educar para a autonomia é possível na medida em que se criem situações de reflexão e discussão sobre problemas como transgressões a normas sociais ou dilemas morais. O exercício da reciprocidade faz parte da formação moral de alunos e professores através da construção de valores, regras e normas pelos próprios participantes dessa prática. Discutir a moral sem vivenciá-la e praticá-la, sem participar de sua construção, dificulta a constituição da autonomia moral e da reciprocidade como melhores opções para o convívio social.

Uma forma de praticar a reciprocidade nas relações sociais, no espaço escolar, pode ser pelo emprego da *cortesia lingüística* (CIRELLI, 2009) a qual pode prevenir a ocorrência de gestos de incivilidade entre alunos e professores. De acordo com Rodrigues (2003, p. 13), a cortesia pode ser expressa também por termos como “boa educação, boas maneiras, bons modos, bom tom, cavalheirismo, cerimônia, civilidade, civismo, [...] delicadeza, etiqueta, [...] polidez, respeito [...]”. E é por meio dela que a comunicação se caracteriza. “Saber falar e escrever é saber realizar práticas discursivo-textuais, cumprindo [...] as regras sociais, lingüísticas [...] que governam a vida em sociedade” (RODRIGUES, 2003, p. 17).

Cirelli (2009) aborda as interações em sala de aula considerando-as como negociações realizadas entre professores e alunos, mediadas pela cortesia ou polidez lingüística. A cortesia lingüística, enquanto expressão de boas maneiras, auxilia nas negociações em sala de aula e na melhora do aprendizado. O discurso na sala de aula deveria apoiar-se no uso de “marcadores de cortesia lingüística” por professores e alunos, como uma espécie de artifício da comunicação empregado para não perderem o interesse mútuo e manterem-se conectados (CIRELLI, 2009, p. 3).

A linguagem e o discurso em sala de aula utilizam recursos lingüísticos que enriquecem o potencial persuasivo e informativo, despertando diversos sentimentos. O poder que a cortesia exerce é enorme, mediante um esforço lingüístico que leve à aceitação das propostas de ensino e à aprendizagem (CIRELLI, 2009). A cortesia também minimiza os riscos de exposição dos alunos durante certas atividades. Quando alguém é chamado a participar de uma discussão oral, o uso de marcadores como “por favor” ou “gostarias de contribuir”, oportunizam a decisão do aluno em participar ou não, evitando a sua coerção, a qual pode produzir resistência e até insubordinação.

O tema do respeito mútuo em sala de aula, tratado pela via da cortesia linguística, não foi localizado em muitas publicações durante a revisão bibliográfica, entretanto, foram encontradas inúmeras referências que tratam indiretamente dessa questão. Assim, pistas acerca do trabalho pedagógico com os temas do respeito mútuo e do cultivo de práticas de civilidade pelo emprego da cortesia foram procuradas nas entrelinhas de artigos que versavam sobre temas como formação ética, autonomia moral, cidadania, indisciplina, diversidade cultural e preconceito.

A formação ética e a construção de personalidades morais aparecem como objetivos abstratos da instituição escolar (ARAÚJO, 2000). A implementação efetiva de práticas orientadas por valores morais, no cotidiano das escolas, depende de iniciativas da equipe escolar e de instrumentos de ação apropriados, a fim de construir as competências cognitivas, afetivas e culturais que oportunizarão aos estudantes agir guiados por princípios (ARAÚJO, 2000).

Valores morais não são princípios inatos e nem nascem com as pessoas. A sua construção “depende diretamente dos valores implícitos nos conteúdos com os quais o sujeito interage no dia a dia, e da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e as fontes dos valores” (ARAÚJO, 2000, p. 100). Kamii (1991, p. 112), citando Piaget, afirma que “as crianças adquirem valores morais através da interação com o ambiente, e não por internalizá-los ou absorvê-los de fora”. Araújo (2000) defende essa mesma ideia, destacando que o convívio com pessoas em diferentes contextos e a experiência adquirida possibilitam que os valores sejam estabelecidos progressivamente, a partir de trocas realizadas com o exterior.

Quando nascemos, na medida em que realizamos trocas interpessoais, os valores vão sendo cognitivamente organizados. Essa organização produz valorações mais estáveis, as quais possibilitam o estabelecimento de uma escala de valores, que servirá de parâmetro para a ação. Assim, a partir de valores partilhados socialmente, cada indivíduo constrói seu próprio sistema de valores integrado a sua identidade. Também é a partir de sua escala de valores que os sujeitos definem como querem ser perante os demais. Nesse sistema, construído individualmente, alguns valores tornam-se centrais à identidade, enquanto outros valores ocupam um espaço periférico. Os valores centrais tendem a definir a linha de ação ou a conduta predominante do sujeito (ARAÚJO, 2000).

Considerando-se que cada indivíduo, embora participante de uma sociedade que apresenta valores partilhados, constitui uma escala própria de valores, havendo alguns valores centrais a sua identidade e outros periféricos, faz-se necessário, na escola, em situações de

conflito, a criação de um espaço de discussão sobre os valores morais. La Taille, em entrevista concedida à Revista Nova Escola (POLATO, 2011), defende que as instituições educativas precisam ajudar a formar pessoas capazes de resolver conflitos coletivamente, pautadas pelo respeito a princípios discutidos pela comunidade. Os valores morais não se constituem necessariamente como conteúdo didático, mas sim como princípios que orientam o convívio diário dentro da instituição (POLATO, 2011). Para La Taille, “criar cidadãos éticos é uma responsabilidade de toda a sociedade e de suas instituições, tendo a escola um papel fundamental no desenvolvimento moral e ético dos alunos” (POLATO, 2011).

No entanto, cabe perguntar o que é ética, ou moral, e como incluir essas temáticas ou princípios morais e éticos, nos currículos escolares. Segundo Menin (2002, p. 93) “é a ética que nos permite buscar critérios para definirmos o que é ser bom, correto ou moralmente certo e que nos fornece explicações para nosso senso de dever moral”. Dependendo da época e do contexto histórico-cultural, um termo pode ser interpretado de uma forma ou de outra, e uma atitude pode ser considerada correta ou errada, certa ou injusta, etc. Alguns exemplos de valores morais trabalhados explicitamente nas escolas são trazidos por Menin (2002, p. 95), ao citar o caso de uma professora que abordava os valores morais de maneira impositiva e ao citar a Educação Moral e Cívica, adotada pelas escolas no Brasil durante o período da ditadura militar (1969 a 1986), ao dizer que, “valores impostos por uma autoridade são aceitos por temor enquanto perdurar o controle dessa autoridade e deixam de ser assumidos como valores, no momento em que a força do controle é enfraquecida”. A imposição de valores reforça a heteronomia e exige vigilância permanente.

Como contraponto extremo a esse tipo de educação, Menin (2002) discute a educação *laissez-faire*, em que professores e alunos podem conviver cada um com suas doutrinas e pensamentos, sem que seja necessária a imposição daquilo que cada um acredita e defende. Nesse sentido, a escola não teria qualquer tipo de código moral e ético explícito, incluído em suas propostas pedagógicas, predominando a relatividade diante dos fatos e o bom-senso. Muitas críticas foram feitas à aplicação do modelo educacional *laissez-faire* no contexto escolar. A relatividade moral e ética em períodos do desenvolvimento marcados pelo egocentrismo e a heteronomia poderia ser percebida como indiferença dos professores em relação aos conflitos cotidianos vividos pelos alunos. Assim, parece inalcançável um ambiente escolar em que o bom-senso individual seja o suficiente para manter a harmonia de relações. Por outro lado, o aprendizado do respeito mútuo, em debates coletivos sobre dilemas morais cria condições para a convivência entre os sujeitos que levam consigo diferentes valores.

O debate entre estudantes pertencentes a famílias com diferentes escalas de valores pode não ser fácil, mas o exercício do diálogo entre sujeitos com perspectivas diversas pode contribuir para a descentração, tornando os jovens progressivamente menos egocêntricos, na medida em que adquirem a capacidade de respeitar e coordenar diferentes pontos de vista. O processo de descentração é necessário à autonomia na tomada de decisões e na realização de ações que sejam adequadas para todos.

Conforme já mencionado, o exercício do respeito mútuo é fundamental para o desenvolvimento da autonomia da criança. Os jovens, para tornarem-se adultos moralmente autônomos, dependem da influência que os adultos exercem sobre eles no processo de construção dos próprios valores morais, ao encorajá-los a pensar por si mesmos, reduzindo o poder adulto sobre suas decisões (KAMII, 1991). Entretanto, é importante salientar que autonomia não é sinônimo de liberdade completa, de rebeldia ou de revolta. Tardeli (2003), a partir de Piaget, classifica as relações sociais em coercivas e cooperativas. As coercivas são baseadas na autoridade e no respeito do inferior ao superior, e as cooperativas, na igualdade e no respeito mútuo. Kamii (1991, p. 106), também embasada em Piaget, afirma que “os adultos reforçam a heteronomia natural das crianças ao usarem castigos e recompensas”. A autora propõe a substituição dos castigos ou punições pela “sanção por reciprocidade”. Quando o adulto lança mão de sanções por reciprocidade possibilita a coordenação de pontos de vista, a partir do princípio do respeito mútuo, motivando as crianças a compreenderem a razão da existência de regras para o convívio e as consequências negativas para o grupo das infrações a essas regras. Ao contrário, a adoção da punição produz o predomínio da heteronomia no âmbito moral e também no intelectual, uma vez que não são oportunizados questionamentos por parte de quem sofre o castigo (KAMII, 1991).

É possível afirmar que, na escola, o pensamento autônomo ainda é pouco estimulado, uma vez que alguns professores costumam recorrer aos resultados da avaliação como formas de punição no âmbito intelectual, a fim de obter as respostas desejadas, tornando o aprendizado pouco efetivo. Para que a construção do conhecimento aconteça e produza o desenvolvimento da autonomia intelectual, precisa ser criado um ambiente que favoreça a modificação de “velhas” idéias, os conhecimentos prévios, o que é diferente do simples acúmulo de informações novas. Nesse sentido, a discussão e a correção entre colegas é mais eficaz do que a correção feita pelo professor (KAMII, 1991). Além disso, quando os estudantes são levados a relacionar os conteúdos escolares às diferentes situações do dia a dia, compondo as chamadas atividades reflexivas, também é desenvolvida a autonomia intelectual (ARAÚJO, 2000).

Considerando o exposto, uma reestruturação curricular precisaria ser pensada como um projeto educativo que tenha entre os seus objetivos a construção de identidades morais autônomas. Para tanto, precisam ser criados espaços de crítica e formas de trabalhar o conhecimento que passem pelo desenvolvimento da competência dialógica. Para que o diálogo e a reflexão ganhem espaço na escola são necessárias estratégias que levem os alunos a tomar consciência de seus próprios sentimentos e emoções e de observar os sentimentos e emoções dos outros. Nesse sentido, a competência dialógica passa pela capacidade de observar a si mesmo e também pela capacidade de colocar-se no lugar do outro, a fim de constituir um ambiente cooperativo (ARAÚJO, 2000).

A vivência de práticas de diálogo e de cooperação, ancoradas no princípio do respeito mútuo, produz o aprendizado da resolução de conflitos. “Não se ensina cooperação como um valor sem a prática da cooperação, não se ensina justiça, sem a reflexão sobre modos equilibrados de se resolverem conflitos; não se ensina tolerância sem a prática do diálogo” (MENIN, 2002, p. 97). Desse modo, as aulas, além de abordarem conteúdos previstos nos currículos escolares, também podem “auxiliar os processos de autoconhecimento, de construção de valores morais universalmente desejáveis e do auto-respeito, aspectos relevantes para o exercício competente da cidadania” (ARAÚJO, p. 104, 2000).

Possuir conhecimento é conseguir articular informações, compreender a sua relação e dar sentido a elas (LA TAILLE, 2005). Esse processo de construção de conhecimentos se faz com o outro, de forma cooperativa e intersubjetiva. O trabalho coletivo, entretanto, muitas vezes esbarra na inadequação dos conteúdos previstos para as disciplinas que compõem a grade curricular da Educação Básica. De maneira geral, os conteúdos escolares estão dissociados do cotidiano dos alunos (ARAÚJO, 2000). A construção de um currículo em que as questões reflexivas e os valores morais são prioridades exige uma série de mudanças na estrutura da grade curricular e uma reformulação na forma de trabalhar do corpo docente (MOREIRA e CANDAU, 2003). A incorporação de novos temas, de princípios e de valores não se dá por meio da inserção de novas disciplinas ou de novos conteúdos no currículo, mas sim por meio do trabalho interdisciplinar ou transversal dessas questões pela equipe escolar (ARAÚJO, 2000). Não adianta inserir conteúdos sobre ética no currículo escolar se a instituição permanece utilizando um modelo transmissivo e autoritário de ensino de informações (ARAÚJO, 2000). Menin (2002) discute estudos em que é proposta a inserção da ética como tema transversal nas escolas, tema presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) dirigido ao Ensino Fundamental.

Embora não tenham sido localizadas propostas pedagógicas oficiais de trabalho com a ética no Ensino Médio, a seleção de temas relevantes, associados ao conteúdo formal, deveria levar em conta que esse nível de ensino, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), configura-se como a última etapa da Educação Básica, cujo objetivo amplo é a formação para o exercício da cidadania, para o trabalho e para os estudos posteriores.

Ao se pensar em introduzir valores morais e éticos na educação escolar, várias questões encontram-se conflitantes. O que alguns julgam ser correto não é o mesmo que outros acreditam ser. Se um professor avalia certa atitude adequada e adota uma postura frente a ela, outro professor poderia posicionar-se de maneira completamente oposta, a julgar pelas suas histórias de vida e pelas experiências que levam cada um a apoiar-se em determinados valores. Por isso, a dificuldade em se estabelecer propostas pedagógicas que não sejam superficiais, mas que permitam a vivência de princípios compartilhados acerca de cidadania, disciplina e civilidade. Tal projeto poderia ser posto em prática por meio do emprego da cortesia linguística no discurso escolar, preservando a imagem dos alunos, uns perante os outros, em situações que poderiam ser embaraçosas por produzirem maior exposição por parte deles, como durante os debates, apresentações orais de trabalhos, avaliações, etc.

No presente estudo, assim como Rosa (2007), considera-se o conceito de *cidadania*, em que está presente a noção de direito, mas que também contém a noção de dever, aludindo às restrições, responsabilidades e obrigações a que todos estão sujeitos. A autora (2007, p. 277) considera a definição de cidadania, proposta em 2004 por Trpin:

[...] cidadania é um status que garante aos indivíduos igualdade de direitos e deveres, liberdades e restrições, poderes e responsabilidades. Consiste essencialmente em assegurar que cada qual seja tratado como um membro pleno de uma sociedade de iguais (TRPIN, 2004 apud ROSA, 2007).

Para Rosa (2007) a ênfase não só nos direitos dos alunos, mas também em suas obrigações, considera a necessidade deles assumirem sua parcela de responsabilidade em relação ao próprio aprendizado e às consequências de seus atos. A autora (2007, p. 277) também refere Bernstein que, ao apresentar as condições necessárias para a democracia, menciona que as “pessoas devem se sentir participativas na sociedade” no sentido de não só “receber”, mas também de “dar algo”.

O princípio do respeito mútuo e a cortesia linguística podem ser pensados a partir de estudos que propõem a formação para a cidadania. No âmbito da educação, o termo

cidadania pode ser empregado de diversas maneiras e contemplar inúmeros significados, podendo aludir às práticas sociais. Por ser um conceito muito amplo, é difícil preencher todos os diferentes significados que se possa abranger de acordo com o pensamento ocidental contemporâneo (GARCIA, 2006). De acordo com esse autor, a escola seria um lugar de exercício da cidadania, uma vez que permite a participação social dos sujeitos, sendo possível, a partir desse “microcontexto” proporcionar uma “mudança na relação do sujeito com a sociedade na qual está inserido” (GARCIA, 2006, p. 127). Entretanto, esta é apenas uma ideia de cidadania entre tantas outras que podem seguir diferentes linhas de pensamento, podendo modificar-se de acordo com o momento histórico corrente e uma série de acontecimentos. De acordo com Garcia (2006, p. 127), se a educação for pensada como uma “prática social coletivamente construída, que tem por finalidade a formação de sujeitos em sua totalidade”, dever-se-ia incluir aspectos tão importantes quanto o conhecimento, no dia a dia escolar, tais como valores e princípios morais. Face o exposto, pode-se depreender que o respeito mútuo estaria entre os princípios morais que orientariam práticas voltadas ao exercício da cidadania.

Dos muitos significados possíveis para o conceito de cidadania, interessa ao presente estudo particularmente a noção de cidadania que estabelece relações com a idéia de civilidade. Conforme aponta Garcia (2006), na ideia de cidadania pode ser identificada uma expectativa civilizatória, no sentido de referir-se ao avanço de um processo civilizatório. O processo civilizatório é um assunto bastante discutido por Elias (1994), apropriando-se de diferentes contextos histórico-culturais para descrever como determinados grupos sociais consideram e utilizam os termos “cultura” e “civilização” de maneiras diversas.

Segundo Elias (1994, p. 23), o conceito de civilização “[...] expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”, no sentido em que se percebe como protagonista de um processo que teria tornado as nações ocidentais superiores a outras sociedades contemporâneas ou a grupos considerados “primitivos” do ponto de vista histórico. Em sentido amplo, o conceito de civilização comporta o nível científico-tecnológico, o cultivo de boas maneiras e até mesmo a forma de ver o mundo. Porém o autor sublinha que o conceito de civilização apresenta diferentes significados em nações como a Alemanha, a França e a Inglaterra. Na Alemanha, a idéia de civilização estaria ligada à nobreza política, ao passo que a classe média burguesa via-se a si mesma por meio de suas realizações culturais. Enquanto a civilidade estaria associada ao processo histórico produtor de uma elite que buscava distinção pelas suas maneiras, o conceito de cultura estaria associado às realizações científico-culturais da classe média, a qual também buscava afirmar-se baseada em valores diferentes. Tal distinção teria uma explicação histórica, pois a

separação entre a classe média e a nobreza, na Alemanha, teria se prolongado até o século XX; de outro lado, na França e na Inglaterra, teria ocorrido uma permeabilidade social entre a nobreza e a burguesia maior e anterior na história daquelas nações quando comparadas à história Alemã. Na França e também na Inglaterra, a classe média burguesa teria maior poder econômico e força política do que a correspondente alemã e assim, a classe média também interpretaria a si mesma pelos mesmos valores que atravessavam o conceito de civilização. Além disso, a noção de civilização também estaria impregnada de práticas colonizadoras expansionistas, enquanto o conceito de cultura, na Alemanha, estaria implicado em um processo de constituição de uma identidade nacional.

Assim, os conceitos de civilização e cultura têm os seus múltiplos significados produzidos historicamente em relações sociais:

A história coletiva neles se cristalizou e ressoa. O indivíduo encontra essa cristalização já em suas possibilidades de uso. Não sabe bem por que este significado e esta delimitação estão implicadas nas palavras, por que, exatamente, esta nuance e aquela possibilidade delas podem ser derivadas. Usa-as porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos. O processo social de sua gênese talvez tenha sido esquecido há muito. Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado da palavra (ELIAS, 1994, p. 26).

O processo civilizatório, no contexto escolar, muitas vezes é associado a práticas disciplinadoras. No presente estudo, procurou-se empregar a noção de civilidade considerando-se a necessidade de resgatar práticas de cortesia no ambiente escolar, mas diferentemente de uma educação autoritária, em que as boas maneiras são ensinadas e exigidas apenas dos alunos, a cortesia, como uma das expressões de civilidade, é pensada em relações de reciprocidade, em que adulto e criança, professor e aluno, respeitam-se mutuamente e expressam esse respeito empregando formas de comunicação delicadas. Ainda que a instituição escolar presente, mesmo que silenciosamente, a intenção de civilizar e disciplinar através de suas práticas pedagógicas, ela também é um local em que a indisciplina e os insultos são observados como algo usual. Apesar de constantemente associadas pela sociedade, educação e disciplina podem aparecer dissociadas no ambiente escolar (GARCIA, 2006) e, por esta razão, parece fundamental planejar ações que promovam a cooperação e a reciprocidade pelo emprego de formas de comunicação cordiais.

O termo indisciplina pode ter diferentes significados quando utilizado em diferentes contextos e, na escola, em contraste com o termo disciplina, remete à noção de ruptura das normas estabelecidas. Desse modo, a indisciplina caracterizaria interações sociais que não seriam orientadas pelo princípio do respeito mútuo. A indisciplina pode ser compreendida como uma forma de transgressão que rompe com o “contrato social subjacente às relações e intenções pedagógicas na escola, cujo eixo seria o processo de ensino-aprendizagem” (GARCIA, 2006, p. 125). Discutindo esse tema como uma “conduta que se contrapõe às regras de boa convivência”, Charlot (2002, p. 437) amplia a noção de indisciplina escolar denominando-a de *incivilidade* (GARCIA, 2006, p. 125, grifo do autor).

As incivildades são percebidas em pequenas infrações dos “contratos pedagógicos” (GARCIA, 2006, p. 125) mantidos pela escola e que, de alguma forma, seriam consideradas de menor gravidade quando comparadas a manifestações de indisciplina.

As incivildades englobam, portanto, comportamentos desafiantes que rompem regras e esquemas da vida social, sejam tácitos ou explicitados contratos sociais. Mas as chamadas incivildades não rompem, necessariamente, com acordos, regras e esquemas pedagógicos. Antes, rompem com expectativas do que pode estar sendo tacitamente esperado como boa conduta social (GARCIA, 2006, p. 125).

Nesse sentido, as incivildades ou infrações daquilo que seria considerado uma regra implícita de convivência, são motivo de reclamações por parte dos professores que consideram uma conduta incivilizada consequência da falta de influência educativa da família, que assume o papel de socializar e legitimar questões básicas de civilidade desde a infância, ou seja, desde quando a escola ainda não se faz presente (GARCIA, 2006). Em contrapartida, é comum observar nas famílias uma expectativa de ver seus filhos “educados pela escola”, em que os limites de cada instituição – familiar e escolar – ficam pouco definidos, dificultando a atuação efetiva das duas partes no processo civilizatório.

Garcia (2006) reflete sobre as consequências para a escola diante dos gestos de incivilidade praticados pelos alunos, os quais afetariam a autoridade dos professores. Entretanto, nesse cenário, pode-se pensar o quanto professores e funcionários, as “autoridades” do ambiente escolar, também realizam gestos de incivilidade nas interações com alunos. Nesse contexto, poder-se-ia pensar em trabalhar não somente questões civilizatórias e de desenvolvimento da cidadania, a partir da noção de imposição de regras, mas sim por meio do trabalho contínuo da escola em direção ao estabelecimento do respeito mútuo.

Observa-se de diversas formas que as incivildades se manifestam, por exemplo, em formas de violência física e verbal, prejudicando o funcionamento da escola e as relações que ali se estabelecem. A violência, observada no ambiente escolar, transgride diretamente o princípio do respeito mútuo. Ela se insere no cotidiano das escolas através do autoritarismo dos professores e da agressividade nas relações interpessoais e entre grupos. O autoritarismo, bem como os insultos e outros gestos de incivildade, são formas de “sociabilidade” que podem se manifestar como normalidade no dia a dia dos alunos, de suas famílias e da própria instituição de ensino, que se sente impotente diante dos conflitos e que, muitas vezes, não sabem como manejá-los (SANTOS, 2001).

O sistema escolar está em crise, não tem resposta para explicar e ensinar a viver em uma situação de crise das oportunidades de ganhar a vida, pois se trata de um mundo de carência, de tentativa de alcançar equipamentos coletivos mínimos, em um horizonte de exclusão social. Resulta desse processo uma relação ambígua com a instituição escolar, exigida como meio de profissionalização e de transmissão de conhecimento e de valores da cidadania, mas entrecortada pela violência estrutural da sociedade brasileira (SANTOS, 2001, p.116).

Santos (2001) situa a violência escolar na estrutura social desigual, excludente e violenta da realidade brasileira, a qual pode ser examinada a partir de perspectivas históricas e socioculturais. O ser humano é capaz de uma enorme gama de comportamentos e cada sociedade elege os que constituirá como modelos e que serão transmitidos, tornando-se, assim, normas e regras de conduta. Contudo, essas regras e normas também transformam-se ao longo do tempo em cada sociedade (SOARES e RODRIGUES, 1998).

Soares e Rodrigues (1998) aborda a agressividade no contexto da escola básica como um reflexo dos comportamentos apresentados pela criança em função de sua história familiar, a qual é situada socioculturalmente. Tal contextualização alerta para o fato de que ao julgarmos as ações de outra pessoa estamos qualificando estas ações dentro de um referencial sociocultural que não é neutro e reflete uma visão decorrente de nossa posição na sociedade. Neste sentido, o professor, ao avaliar a conduta dos alunos, precisa problematizar sua própria visão de mundo, a fim de criar possibilidades de intervenção no cotidiano escolar que respeitem os alunos (SOARES e RODRIGUES, 1998). O autor ainda discorre sobre a importância de algum grau de agressividade nas relações sociais, a qual não pode ser suprimida, mas sim manejada por meio de negociações.

Santos (2001) aponta que o entendimento das relações entre a escola e as práticas de violência passa pela reconstrução das relações sociais na escola. O autor, ao reconhecer

que a violência desconfigura o ambiente social escolar, propõe a interpretação desse fenômeno como um “enclausuramento do gesto e da palavra” (SANTOS, 2001, p. 107). Para ele é a impossibilidade de expressão de sentimentos e de percepções a respeito da realidade que produz gestos de incivilidade e violência entre os estudantes. A compreensão da violência como uma forma truncada de comunicação permitiria não só uma maior compreensão dos conflitos entre diferentes formas de civilidade, mas também a necessidade de rever os objetivos educacionais e suas práticas a fim de criar espaços de expressão que canalizem a agressividade e as frustrações para formas de produções culturais artísticas. Para Santos (2001, p. 117):

O pressuposto de que a violência é o discurso da recusa e que nasce da palavra e do gesto emparedados, que a violência é uma recusa da palavra, a negação do outro como ato social, exige que se tente entender as mensagens implícitas nos atos de violência. Fica claro, portanto, a necessidade de "desnaturalizarmos" a violência, sob pena de, em não o fazendo, acabarmos por banalizá-la a tal ponto que nada mais tocará nossa sensibilidade, tornando-nos cada vez mais duros com o outro, menos solidários e fraternos (SANTOS, 2001, p. 117).

A violência, portanto, não pode ser combatida com medidas coercivas, mas sim pela abertura de espaços para que os estudantes registrem e divulguem suas histórias e perspectivas sobre a vida, aprendendo a observar a si mesmos e aos demais, mediante o aprendizado de práticas de cortesia e reciprocidade que conduzam a consensos e acordos quanto às regras a orientarem as condutas.

A violência pode se expressar através da discriminação e do preconceito, presentes na nossa sociedade. Na realidade brasileira, o preconceito assume múltiplas formas de expressão, o que pode tornar o seu reconhecimento difícil, assim como o planejamento de intervenções pedagógicas pertinentes.

A escola é palco de manifestações de preconceitos e discriminações de diversos tipos. No entanto, a cultura escolar tende a não reconhecê-los, já que está impregnada por uma representação padronizadora da igualdade – “aqui todos são iguais”, “todos são tratados da mesma maneira” – e marcada por um caráter monocultural. Preconceitos e diferentes formas de discriminação estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser problematizados, desvelados, desnaturalizados. [...] Trabalhar os incidentes, favorecer uma reflexão sobre eles e revelar seu conteúdo discriminador e de negação do “outro” é fundamental (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 163-164).

La Taille discute as regras de convivência trabalhadas pelos educadores por meio de acordos com seus alunos. Para ele, para que uma combinação seja efetivamente aceita, é preciso prestar atenção em três aspectos. O primeiro se refere a deixar explícitos os princípios

inspiradores que norteiam o acordo. O segundo ponto aconselha a evitar ao máximo que as decisões se dêem por votação, a qual pode restringir-se a uma demonstração de poder, ao eliminar uma etapa que poderia ser dedicada ao diálogo, desenvolvendo a prática de escutar o outro. Nesse sentido, é preferível procurar o consenso na tomada de decisões por um grupo. E o terceiro aspecto, que diz que o professor não pode abrir mão de seu papel de autoridade, simplesmente jogando para o grupo as responsabilidades pelas sanções que o estabelecimento de uma regra pode gerar (POLATO, 2011, entrevista La Taille).

Com relação à adoção de sanções, Garcia (2006) atenta para a necessidade de se analisar se as ações de controle tomadas diante das manifestações de incivilidade e de indisciplina estariam atingindo o objetivo a que se propõem ou se deveriam ser também elas objeto de reflexão e reformulação. Já Rosa e Veit (2011) afirmam que não basta somente propor princípios e regras, negociá-los e chegar a acordos nas salas de aula. É indispensável observar cotidianamente se eles são cumpridos para que os alunos os levem a sério. Segundo as autoras, a retomada de princípios e de acordos parece prevenir o surgimento de conflitos e a necessidade de aplicação de algum tipo de sanção.

O processo educativo está intimamente ligado à relação existente entre escola e cultura. Tornar a cultura um eixo central dos currículos esbarra na formação e no dia a dia dos professores (MOREIRA e CANDAU, 2003). As tentativas de tornar as práticas pedagógicas norteadas por uma diversidade de culturas se deparam com obstáculos para encontrar a melhor maneira de adaptar as normas, condutas e valores vigentes na escola às diferentes situações apresentadas diariamente no ambiente escolar e que vem, a cada dia, abastecidas com novas realidades que alteram e influenciam na maneira de agir e de interpretar de alunos e de professores (MOREIRA e CANDAU, 2003).

A escola é uma instituição cultural que busca, pelo menos teoricamente, contemplar diferentes esferas sociais por meio do desenvolvimento de uma postura reflexiva sobre seus sujeitos, através de um espaço de desenvolvimento crítico que permite ao estudante aprender a lidar com práticas sociais e educacionais em suas diversas dimensões. A inclusão de componentes culturais que envolvam o aluno transformaria a escola em um espaço de crítica cultural ao expandir os conteúdos curriculares usuais (MOREIRA e CANDAU, 2003).

Os desafios encontrados em uma sala de aula vão além do seu espaço físico e do tempo que seus frequentadores permanecem nela. Diante do panorama social e cultural apresentado neste século, faz-se necessário ampliar a compreensão sobre a proporção que as práticas pedagógicas ocupam na vida de alunos e de professores e o potencial que elas

apresentam de incitar questionamentos referentes às questões culturais, contribuindo para criar novas formas de relações interpessoais (MOREIRA e CANDAU, 2003).

Procurou-se assim, através desse estudo, buscar e analisar propostas pedagógicas que permitam discussões norteadas pelo princípio do respeito mútuo, de forma a perceber a atenção dada a esse tema durante a fase final da Educação Básica: o Ensino Médio. Além disso, buscou-se compreender a importância desse tema no ambiente escolar, a qual pode ter a possibilidade de minimizar outros problemas enfrentados no ambiente escolar, como a indisciplina e o preconceito, que contrapõem o princípio do respeito mútuo.

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Os procedimentos da investigação, em uma perspectiva qualitativa, incluíram a busca de um material empírico que possibilitasse a análise de propostas pedagógicas orientadas pelo princípio do respeito mútuo e pelo emprego da cortesia linguística no contexto escolar. Considerando que a pesquisa e a escrita da monografia deveriam ocorrer em um curto período de tempo, de agosto a novembro de 2011, e por motivos de conveniência metodológica, optou-se pela realização de uma análise qualitativa de material documental de domínio público.

A pesquisa qualitativa “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”, tendo como objetivo a interpretação “dos fenômenos do mundo social” (NEVES, 1996, p. 1). Essa modalidade de pesquisa, de acordo com Minayo (2008), procura responder a questões de investigação as quais não podem ou não deveriam ser quantificadas. A pesquisa qualitativa possibilita a compreensão das finalidades, dos conflitos e das intenções que permeiam realidades sociais, e neste caso, propostas pedagógicas sugeridas para o contexto escolar na forma de planos de estudo. No presente trabalho, a mera quantificação de projetos de estudo não faria sentido, mas sim uma análise que buscasse identificar recorrências, ausências, tendências, alternativas, etc., sendo feita, assim, a opção pela metodologia qualitativa.

Outro aspecto que se levou em consideração para as decisões teórico-metodológicas foi o relativo silêncio da literatura pedagógica no que se refere ao foco da pesquisa, o que conduziu à busca de bibliografia sobre o tema ancorada em vertentes teóricas diversas. Tal estratégia, própria de uma investigação exploratória, é favorecida em uma abordagem qualitativa, a qual, conforme Gomes (2008, p. 79), possibilita a “exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema”.

Visando pensar sobre o respeito mútuo e a cortesia linguística em sala de aula por meio de análise documental, utilizou-se como critério para definição do material empírico a utilização de um recurso didático que estivesse disponível para professores da Educação Básica. Nesse sentido, optou-se por uma revista que atendesse aos seguintes critérios: ser de fácil acesso aos professores, abordar conteúdos escolares, apresentar propostas de ensino e explicitar objetivos de ensino. O material eleito, destinado à divulgação de conhecimentos educacionais, encontra-se disponível em bancas de revista e na *internet*, além de ser

frequentemente encontrado em escolas. A Revista Nova Escola é uma publicação em dois formatos: impressa e via *web*. A versão impressa possui caráter mensal, enquanto a versão disponível no *site* recebe atualizações constantes, sem uma frequência definida, trazendo inclusive reportagens compartilhadas com a versão impressa. A Revista destaca-se por ser de baixo custo (versão impressa) e apresentar seções virtuais que norteiam o desenvolvimento de atividades pedagógicas, tendo também a finalidade de atualizar o profissional da educação.

Na publicação *online* é possível encontrar uma seção designada “Planos de Aula”, a qual apresenta sugestões de atividades a serem aplicadas no contexto escolar. Esta seção recebe atualizações com frequência, independentemente da revista impressa, tornando-se uma alternativa aos professores que buscam diferentes propostas a serem trabalhadas em sala de aula. Já na versão impressa há uma seção correspondente denominada “Sala de Aula”, mas que, a partir do volume 26 – número 244, setembro de 2011 –, manteve apenas as reportagens direcionadas para cada disciplina (exemplo: ciências, 4º e 5º ano “As transformações químicas dos alimentos”), sendo omitido o plano de aula relacionado à reportagem publicada, o qual passou a estar disponível somente no *site*, intitulado como conteúdo “Extra”.

A partir da ferramenta de busca encontrada na página inicial no *site* é possível, por exemplo, através de uma palavra-chave de interesse, acessar somente os conteúdos relacionados a Planos de Aula. Sendo assim, após ter utilizado palavras-chave vinculadas ao tema principal do estudo, dos planos localizados, foram escolhidos aqueles destinados ao Ensino Médio e que apresentassem em seu título e texto inicial (objetivo), tema relacionado ao princípio do respeito mútuo e ao desenvolvimento da civilidade, conforme os objetivos do trabalho. Nesse sentido, procurou-se verificar se esses tópicos estavam presentes e a forma como estavam presentes em propostas dirigidas ao Ensino Médio. A análise dos Planos de Aula selecionados envolveu a leitura atenta de cada um deles com o destaque de trechos de alguns planos que pudessem aludir às questões do estudo, para exame apoiado na revisão bibliográfica realizada.

Para a análise do conteúdo dos Planos de Aula da revista mencionada, levou-se em consideração aspectos apontados por Gomes (2008, p. 79-80):

Ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social (GOMES, 2008, p. 79-80).

No *site* da Revista Nova Escola, a partir da ferramenta de “Busca”, utilizando-se palavras-chave como *respeito mútuo* e *cortesia linguística*, fez-se uma varredura dos títulos e

do enfoque dos planos de aula para a seleção dos que seriam examinados pormenorizadamente. Os planos destinados ao Ensino Médio e relacionados ao tema de estudo, mesmo tangenciando o assunto, eram salvos para decisão posterior, podendo ser excluídos após uma análise preliminar. Os planos de aula localizados a partir de termos que geravam poucos resultados, como cortesia e civilidade, por exemplo, eram lidos na íntegra para a verificação do seu possível enquadramento no estudo.

Com a meta de averiguar recorrências e também descontinuidades nos planos de aula, foram elaborados quadros que permitissem uma visualização geral e sintética das informações, tendo sido registrados os títulos dos planos, as palavras-chave que levaram à localização destes planos, o número de planos de aula que cada palavra-chave permitiu localizar, a temática abordada em cada plano de aula selecionado, bem como trechos que levassem à discussão do tema do presente trabalho.

O número de Planos de Aula analisados foi definido por conveniência, de acordo com o tempo disponível para análise, conforme previsto no cronograma. O exame das informações no *site* da Revista Nova Escola teve início em 15 de setembro e término em 02 de outubro de 2011.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Visando a análise de propostas pedagógicas que apresentassem sugestões de atividades a serem desenvolvidas com a finalidade de construir a autonomia moral, baseada no princípio do respeito mútuo, foram selecionados planos de aula da Revista Nova Escola. Nessa seleção, também foram consideradas propostas que abordassem o tema da cortesia linguística, bem como aquelas que possibilitassem o desenvolvimento de gestos de civilidade para a resolução de conflitos ou para o aumento da tolerância às diferenças.

A busca dos documentos permitiu a localização de 756 planos de aula, como apresentado na Tabela 1. Os termos-alvo do estudo foram os primeiros a serem averiguados. Utilizando-se a expressão *respeito mútuo*, sem aspas, foram localizados 529 títulos. Essa expressão, quando colocada entre aspas, gerou somente 02 planos de aula, que já haviam aparecido anteriormente, mas que demonstram a importância da inclusão destes dois planos nas análises, uma vez que o termo empregado entre aspas indica um significado mais próximo ao do presente estudo do que no caso de planos localizados por meio das palavras isoladas “respeito” e “mútuo”, as quais produziram alguns resultados sem conexão com a pesquisa. No caso do termo *cortesia*, foram localizados 04 planos de aula, enquanto que, quando o termo “*cortesia linguística*” foi aplicado, nenhum plano de aula foi encontrado. Os resultados da busca com o termo *cortesia linguística* sem aspas não foram incluídos, pois havia muitos planos de aula relacionados unicamente à linguística, o que fugia ao interesse do estudo.

TABELA 1. Palavras-chave e expressões utilizadas na ferramenta de “Busca” do *site* da Revista Nova Escola e número de planos de aula encontrados a partir de cada palavra e/ou expressão, a fim de localizar os planos de aula relacionados ao tema do estudo.

	Palavras-chave	Planos de Aula
1	<i>respeito mútuo, sem aspas</i>	529
2	<i>preconceito</i>	104
3	<i>autoridade</i>	88
4	<i>agressividade</i>	18
5	<i>civilidade</i>	4
6	<i>cortesia</i>	4
7	<i>indisciplina</i>	3
8	<i>reciprocidade</i>	3
9	<i>“respeito mútuo”</i>	2
10	<i>heteronomia</i>	1
11	<i>"autonomia moral"</i>	0
12	<i>"cortesia linguística"</i>	0
13	<i>“resolução de conflitos”</i>	0
Total	–	756

Visto que, na primeira seleção de dados, o número de planos relacionados diretamente ao foco do estudo foi insuficiente, pensou-se em outras palavras-chave que poderiam levar à localização de planos de aula que permitissem, ainda que indiretamente, o desenvolvimento de atividades ancoradas no princípio do respeito mútuo (como pode ser observado no Quadro 1). Quando o termo *autonomia moral* entre aspas foi empregado, nenhum plano de aula foi localizado, já a expressão sem aspas produziu resultados sem conexão com este estudo. O mesmo ocorreu com a expressão *resolução de conflitos*: entre aspas, não produziu resultados relevantes, e sem aspas levou a planos sem associação com esta pesquisa. Para o termo *autoridade*, entretanto, 88 planos de aula foram encontrados. A palavra *agressividade* gerou 18 planos, enquanto *civilidade* apresentou somente 04. *Heteronomia* encontrou apenas 01 plano de aula, ao passo que os termos *indisciplina* e *reciprocidade* geraram 03 planos de aula cada um. Por fim, o termo *preconceito* foi aplicado ao sistema de busca, gerando 104 planos de aula.

A temática apresentada pelo plano de aula Quadro 2, quando também expressa nos objetivos do plano, possibilitava a seleção e inclusão deste plano no material para análise posterior. Além disso, alguns trechos dos planos puderam ser escolhidos a fim de representar o potencial que este apresentava para trabalhar a temática em questão, como pode ser observado no Quadro 3. Nem todos os planos, entretanto, apresentavam trechos em que fosse

possível associar diretamente as questões de interesse do trabalho, permanecendo este plano incluído na análise por apresentar intenções ou questões relevantes que poderiam levar a discussões relacionadas ao objeto deste estudo.

QUADRO 1. Planos de aula selecionados e palavras-chave que levavam à localização destes planos, através da ferramenta de busca do *site* da Revista Nova Escola.

	Planos de Aula Selecionados	Palavra-chave / Expressão
1	"A gente somos diferentes"	Heteronomia, Reciprocidade
2	"Até a geração dos ficantes sente ciúmes"	Agressividade
3	" <i>Bullying</i> , um problema que merece tradução"	Respeito Mútuo (sem aspas)
4	"E agora, que talher vem primeiro?"	Civilidade, Cortesia, Respeito Mútuo (sem aspas)
5	"Ela pode tardar, mas sempre ajuda"	Autoridade, Civilidade, "Respeito Mútuo", Respeito Mútuo (sem aspas)
6	"Esta aula ajuda a identificar preconceitos sociais e culturais"	Preconceito
7	"Está na cara"	Preconceito
8	"Hora de discutir a relação"	Cortesia
9	"Indisciplinado e consumista: o que faz um jovem ser assim?"	Indisciplina
10	"Liberdade com igualdade?"	Respeito Mútuo (sem aspas)
11	"Motoristas raivosos: a civilidade em perigo?"	Agressividade, Civilidade, Respeito Mútuo (sem aspas)
12	"O Hulk interior"	Civilidade, "Respeito Mútuo"
13	"Padrões de beleza na sociedade de consumo"	Preconceito, Respeito Mútuo (sem aspas)
14	"Plaft! Soc! Bum! Pou!"	Agressividade
15	"Preconceito e violência entre jovens são temas para reflexão"	Preconceito, Respeito Mútuo (sem aspas)
16	"Qual é a sua tribo?"	Respeito Mútuo (sem aspas)
17	"Reflexos inteligentes"	Agressividade, Respeito Mútuo (sem aspas)
18	"Transformações nas estruturas familiares"	Autoridade, "Respeito Mútuo", Respeito Mútuo (sem aspas)
19	"Um jeito de ser"	Autoridade, Respeito Mútuo (sem aspas)

QUADRO 2. Planos de aula selecionados e temáticas abordada pelo plano de aula.

	Planos de Aula Selecionados	Temáticas relacionadas
1	"A gente somos diferentes"	Autonomia e estágios morais de desenvolvimento. Práticas autônomas na juventude.
2	"Até a geração dos ficantes sente ciúmes"	Ciúmes. Possessividade. Relações efêmeras.
3	" <i>Bullying</i> , um problema que merece tradução"	Comportamento agressivo físico e moral. Efeitos psicológicos. Combate ao <i>Bullying</i> .
4	"E agora, que talher vem primeiro?"	Regras de etiqueta e de civilidade.
5	"Ela pode tardar, mas sempre ajuda"	Recursos jurídicos destinados ao ressarcimento por danos materiais ou morais.
6	"Esta aula ajuda a identificar preconceitos sociais e culturais"	Aspectos ideológicos, históricos e culturais relacionados à linguagem.
7	"Está na cara"	Papel da arte no combate ao preconceito.
8	"Hora de discutir a relação"	Variações de comportamento masculino e feminino. Machismo. Etiqueta e relações de gênero.
9	"Indisciplinado e consumista: o que faz um jovem ser assim?"	O papel da escola no comportamento da juventude contemporânea.
10	"Liberdade com igualdade?"	Noções de igualdade e liberdade.
11	"Motoristas raivosos: a civilidade em perigo?"	Comportamento agressivo no trânsito. Diferenças culturais, incivilidade, influência do consumismo e das diferenças de gênero.
12	"O Hulk interior"	Ética e moral. Civilidade e violência no trânsito. Meios de tornar a vida em comum mais agradável e menos estressante.
13	"Padrões de beleza na sociedade de consumo"	Sociedade de consumo. Comportamento influenciado pelos padrões de beleza. Preconceito.
14	"Plaft! Soc! Bum! Pou!"	Influência da violência dos desenhos animados sobre o comportamento dos indivíduos que os assistem.
15	"Preconceito e violência entre jovens são temas para reflexão"	Violência e preconceito. Tolerância e respeito às diferenças.
16	"Qual é a sua tribo?"	Conceitos de juventude e diferenças culturais
17	"Reflexos inteligentes"	Comportamento animal. Fatores ambientais e agressividade.
18	"Transformações nas estruturas familiares"	Relações humanas e familiares resultantes de ações históricas e sociais. Instituição familiar e industrialização.
19	"Um jeito de ser"	Desordem e informalidade na esfera pública. Pequenas infrações na esfera cotidiana.

QUADRO 3. Planos de aula selecionados e trechos escolhidos extraídos de forma literal dos planos de aula.

	Planos de Aula Selecionados	Trechos Escolhidos
1	"A gente somos diferentes"	"O auge da moralidade é a autonomia [...]. Nesse estágio, o indivíduo se apropria do conjunto de regras do grupo em que vive, introjetando-as."
		"[...] uma vivência autônoma se adquire com a partilha de responsabilidades sobre pequenas tarefas [...]"
2	"Até a geração dos ficantes sente ciúmes"	–
3	" <i>Bullying</i> , um problema que merece tradução"	"Elaborem uma lista de ações para evitar o bullying na escola. As sugestões [...] serão organizadas e apresentadas [...] para todo o colégio."
4	"E agora, que talher vem primeiro?"	"Para um convívio social agradável [...], o senso comum aconselha as pessoas a conhecerem as normas de conduta dos grupos a que pertencem e das culturas com as quais se relacionam".
5	"Ela pode tardar, mas sempre ajuda"	"As leis e normas se destinam a garantir o convívio social pacífico, baseado no respeito mútuo e na civilidade [...]"
6	"Esta aula ajuda a identificar preconceitos sociais e culturais"	"A aula fará com que os alunos analisem o vocabulário e identifiquem preconceitos de diversas origens que estão por trás do nosso discurso cotidiano".
7	"Está na cara"	"A discussão pode servir de porta de entrada para o entendimento ou a ampliação da compreensão de como os seres humanos foram e continuam sendo julgados pela aparência física. E de como é importante a mobilização contra o preconceito".
8	"Hora de discutir a relação"	"[...] manuais de etiqueta determinam ao longo do tempo os papéis sociais do homem e da mulher".
9	"Indisciplinado e consumista: o que faz um jovem ser assim?"	"[...] o problema da 'indisciplina' pode ser debatido em dois planos: da educação e da cultura escolar e das instituições de ensino com a família [...]"
		"[...] projeto pedagógico e relação com os pais e com a comunidade baseada em valores como cooperação e solidariedade".
		"[...] ações educativas que promovam a compreensão - e a interação - com a realidade que cerca a instituição [...] costumam ser um antídoto eficaz contra o desrespeito".

		"[...] a escola não possui respostas para todas as questões, mas dá uma contribuição significativa ao debate, [...] transformando os temas em conteúdos curriculares, fazendo análises críticas e propondo alternativas".
10	"Liberdade com igualdade?"	"[...] como conciliar as liberdades individuais com as necessidades impostas pela vida em sociedade?"
		"[...] o indivíduo deve possuir também uma vontade pautada pelo interesse coletivo, pelo bem comum"
		"[...] é papel da Educação a formação desta vontade geral, capaz de transformar o indivíduo em cidadão pleno, consciente de seus direitos e obrigações."
11	"Motoristas raivosos: a civilidade em perigo?"	"[...] situações de agressividade e conflito são uma oportunidade para compreender melhor as culturas e os contextos sociais nos quais eles ocorrem".
12	"O Hulk interior"	"[...] situações cotidianas que fazem os instintos mais básicos da pessoa virem à tona, desafiando-a a manter o equilíbrio e a agir <i>civilizadamente</i> ."
13	"Padrões de beleza na sociedade de consumo"	–
14	"Plaft! Soc! Bum! Pou!"	"[...] é muito provável que essa ‘vivência’ do papel da vítima ou do agressor seja saudável, já que o ajuda a elaborar seus próprios conteúdos agressivos [...]"
15	"Preconceito e violência entre jovens são temas para reflexão"	–
16	"Qual é a sua tribo?"	"[...] ideias e valores a respeito da juventude são mutáveis de acordo com a sociedade e o tempo em que vivemos, desenvolvendo-se constantemente".
17	"Reflexos inteligentes"	–
18	"Transformações nas estruturas familiares"	"Mostre como a maior igualdade entre os parceiros e o respeito mútuo estão diretamente relacionados aos valores e práticas de uma sociedade democrática. Diga à turma que a democracia é o compartilhamento dos direitos e deveres em situação de igualdade".
19	"Um jeito de ser"	"[...] discuta com os alunos o nosso desapego às regras, tentando relacionar a experiência cotidiana com teorias sobre a cultura brasileira".

Conforme já mencionado, a partir da expressão *respeito mútuo*, entre aspas, foi possível localizar dois planos de aula: “Ela pode tardar, mas sempre ajuda” e “Transformações na estrutura familiar”. No plano “**Ela pode tardar, mas sempre ajuda**”, que também aparece na busca com os termos *autoridade*, *civilidade*, e *respeito mútuo* sem aspas, embora a proposta não corresponda inteiramente ao foco do presente trabalho, por se ater a formas judiciais de resolver problemas cotidianos, traz em seu corpo um trecho que poderia levar ao debate que aqui interessa como: “As leis e normas se destinam a garantir o convívio social pacífico, baseado no respeito mútuo e na civilidade, com penas previstas para quem prejudicar alguém por ação ou omissão”. Não obstante, o plano de aula não propõe essas discussões, ficando restrito a demandas judiciais. Tais questões poderiam servir de base para aprofundar reflexões referentes ao respeito mútuo se fossem inseridos dilemas cotidianos em sua proposta a fim de levar esse propósito até o fim. O plano traz ainda o impasse de uma vítima de atropelamento, que deve calcular e pedir indenização à justiça. Porém, ficando restrito a essa temática, este e outros dilemas apresentados restringem-se a discutir a quem recorrer nesses casos. Discutir maneiras de como agir judicialmente, desde que entendidos os princípios sobre os quais os direitos se sustentam, podem levar a discussões sobre reciprocidade. Mas também seria importante questionar os alunos sobre transgressões a regras no ambiente em sala de aula e as formas mais justas para lidar com tais situações, por exemplo, o que você faria se a professora pegasse você colando na prova? (IACOCCA, 2000); e se você fosse o professor, o que teria vontade de fazer? Nesse exemplo, tanto aluno quanto professor se encontram em uma situação delicada, da mesma forma que um indivíduo que sofre um acidente e pleiteará uma indenização, a qual será calculada por um juiz. A partir de um dilema próprio ao contexto escolar, os estudantes poderiam compreender a finalidade da prova como acompanhamento das aprendizagens dos alunos pelo professor e perceber que a cola dificulta esse acompanhamento. Dilemas como esses ajudam a educar para a autonomia, na medida em que situações de reflexão e discussão são criadas mediante problemas de transgressões a normas sociais ou dilemas morais na sociedade em geral, incluindo a sala de aula.

O plano de aula “**Transformações na estrutura familiar**”, encontrado também a partir dos termos *autoridade* e *respeito mútuo* sem aspas, expõe o conteúdo relacionado à estrutura familiar a partir da reportagem “O divã imaginário”, publicada na Revista Veja. A discussão sugerida faz referência à instituição familiar e alude às relações humanas como sendo resultantes de ações históricas e sociais. O plano propõe que seja trabalhada a reportagem em uma primeira aula e que, com base nela, sejam entendidas como as mudanças

nas relações familiares se refletem nas produções culturais. O debate sobre a família leva também a discussões de gênero e de infância. Diante da percepção das transformações ocorridas ao longo da história, busca-se a compreensão de que a família transformou-se, com o tempo, em uma instituição separada da vida pública. Ao fim da aula, é solicitada uma reflexão sobre as consequências dessa estrutura familiar e se ela se mantém nos dias de hoje nas diferentes partes do mundo, pedindo para que os alunos reflitam sobre suas próprias experiências e tragam suas considerações por escrito no encontro seguinte. Na segunda aula, essas reflexões são retomadas e a industrialização e suas consequências na instituição familiar tornam-se o foco da abordagem. Todavia, no trecho “[...] maior igualdade entre os parceiros [...]”, o respeito mútuo está relacionado aos valores e práticas de uma sociedade democrática; enquanto a parte que aborda a democracia e a igualdade permite a discussão de valores mantidos através das instituições familiares. Entretanto, o contexto histórico é bastante presente no plano, evidenciando que o objetivo não é o de discutir relações de respeito mútuo, muito embora a maneira como seja conduzida a argumentação e as indagações propostas possam também conduzir o trabalho a questões morais e éticas.

Novamente, algumas questões abordadas no plano permitiriam maiores discussões, como o estabelecimento das relações de parentesco e o surgimento do casamento, bem como o papel da mulher na sociedade e o surgimento da infância. Contudo, esses tópicos aparecem citados, sem chegar a atingir questões relacionadas ao objetivo do presente estudo. Poder-se-ia, por exemplo, lançar a situação: e se a sua mãe estivesse separada do seu pai e aparecesse com um namorado novo? O que você faria ou como se sentiria nessa situação? E se fosse o contrário, se seu pai aparecesse com uma namorada nova, você reagiria da mesma forma? (IACOCCA, 2000). As mudanças na percepção das relações sociais mudaram muito como o passar do tempo, mas ainda se percebem desigualdades quanto a direitos e práticas aceitáveis para homens e mulheres. A instituição familiar serve de alicerce para muitas discussões as quais contribuem para o desenvolvimento do indivíduo no âmbito da educação moral, que ocorre mediante interações sociais em que a criança deve respeitar e ser respeitada pelo adulto. Uma proposta sugerida ao Ensino Médio pelo Instituto Promundo *et al* (2009), intitulada “Minha família é assim”, pretende por em discussão as diferentes formas de organizações familiares existentes e os preconceitos que existem em relação aos tipos de famílias que fogem do modelo considerado ideal, abordando as relações afetivas existentes entre os membros que constituem esse grupo, destacando para diferenças e semelhanças entre as famílias e trazendo ainda questões reflexivas sobre esta instituição. Além disso, retrata a importância da família na construção e transmissão de valores, bem como para a vivência de

situações de solidariedade, conflito, raiva, carinho, entre outras, que são observadas tanto no convívio familiar quanto no convívio social. De acordo com a proposta, a família seria um ambiente de socialização, sendo a vida cotidiana familiar um espaço para experimentar práticas permeadas por valores morais e éticos através da observação e da convivência com os demais.

Em relação ao termo *cortesia*, quando aplicado à ferramenta de busca do material de estudo, quatro planos de aula foram obtidos. Destes quatro, um deles – “Conversa emprestada” – é destinado ao trabalho da linguagem, referindo-se à adoção de palavras estrangeiras no idioma de diferentes países, bem como comportamentos adotados como forma de comunicação entre estrangeiros. Outro plano de aula que foge ao tema – “Sucessões políticas no Brasil” – refere-se à história do Brasil Republicano e algumas práticas da vida política brasileira. Estes dois planos não foram, portanto, incluídos nas análises. Já o plano de aula “**E agora, que talher vem primeiro?**”, que também aparece com os termos *civilidade* e *respeito mútuo* sem aspas, tenta situar historicamente as regras de etiqueta e civilidade, analisando o significado simbólico dessas normas no presente e no passado. O texto de apoio, apesar de não tentar trabalhar de forma efetiva esse assunto com os alunos, propõe discussões relevantes a respeito do processo civilizador, das noções de civilidade e da influência da etiqueta no comportamento social. O texto de apoio apresenta sugestões de bibliografia aos professores que desejarem maior fundamentação teórica. Entre as atividades propostas, encontram-se orientações de interpretação de texto que justifiquem qual o sentido histórico e cultural das regras de etiqueta e civilidade. O outro plano encontrado com esse termo – “**Hora de discutir a relação**” –, apesar de também propor a análise de textos que fazem alusão às boas maneiras, de maneira geral, é melhor empregado para a discussão de temas como o preconceito, o que poderia conduzir o trabalho à temática do respeito mútuo, dependendo muito, no entanto, da direção dada pelo professor à aula.

Temas como cortesia e civilidade, quando abordados por meio das interações em sala de aula, permitem a construção da personalidade moral do aluno, a fim de instruí-lo a agir guiado por princípios (ARAÚJO, 2000). No entanto, a cortesia ou polidez linguística, enquanto expressão de boas maneiras, poderia ser inserida nas propostas que se referem à etiqueta, a qual pode ser definida por regras explícitas ou tácitas. Em diferentes contextos sociais ou familiares pode haver diferentes graus de tolerância a determinadas práticas, como por exemplo, na seguinte situação: o que você faria se seu avô reclamasse porque você arrotou na mesa? (IACOCCA, 2000). Esse é um dilema moral aparentemente simples, mas que possibilita questionamentos acerca dos diferentes contextos histórico-culturais, as

relações familiares e a cortesia. Como o avô teria feito a crítica? Afetuosa e respeitosamente ou de forma autoritária? O transgressor teria se desculpado? A indelicadeza pode estar presente no descuido em arrotar à mesa, mas também em uma forma rude e humilhante de repreender. Com a intimidade, tende-se a perder delicadezas linguísticas utilizadas em relações interpessoais em que existe menor familiaridade. Conforme as pessoas vão se tornando mais íntimas, a formalidade se perde, entretanto, certos marcadores de linguagem (CIRELLI, 2009), como por exemplo, a discrição ao relembrar uma regra, evitando a exposição do “infrator”, associada a um atenuante discursivo como: “Não me leve a mal...”, são sempre bem-vindos, sendo representativos não só de boa educação e de boas maneiras, mas também indicadores de respeito mútuo.

No plano de aula “**Um jeito de ser**”, encontrado através dos termos *autoridade*, e *respeito mútuo* sem aspas, pretende abordar a cultura brasileira e a esfera pública através da “Entrevista: Eduardo Paes – 20/05/2009”, publicada na Revista Veja. O plano de aula pretende problematizar a desordem e a informalidade, presentes no poder público, bem como em situações de convivência por meio da leitura dessa entrevista pelos alunos. A atividade proposta procura abordar pequenas infrações do cotidiano e associar com a reportagem, mostrando que a população, muitas vezes, critica autoridades políticas, mas mostra-se tolerante e até conivente com pequenas infrações presentes em maior ou menor grau na esfera cotidiana. Ao longo do plano, as sugestões buscam abordar temas importantes, como o da cidadania, trazendo exemplos relacionados à política. O plano propõe continuar com a temática, em uma segunda aula, retomando a entrevista trabalhada anteriormente e através de uma relação simbólica entre “casa” e “rua”, em que o antropólogo Roberto Damatta associa a “casa” aos laços de parentesco e de amizade e refere-se à “rua” como sendo a impessoalidade e o individualismo. A rua, nessa lógica, faria referência aquelas situações em que, por falta de opção, seríamos forçados a seguir regras impessoais; “é quando somos tratados como indivíduos e cidadãos, e não como conhecidos, amigos ou aliados”. Esse ponto permite a abordagem de temas como a cidadania e a moralidade em contextos distintos. O desrespeito aos valores públicos pode ser percebido ao estacionar em locais proibidos, ao furar uma fila, entre outros, como cita o texto. Não obstante, é importante trazer mais exemplos do cotidiano dos jovens para evitar o declínio de interesse por parte dos alunos, e promover a análise das pequenas infrações a regras no cotidiano escola, como por exemplo, e se você visse um colega/amigo roubando alguma coisa na escola, o que você faria? (IACOCCA, 2000). Ao invés de abordar dilemas em que os estudantes se sentissem implicados, a proposta sugere a produção de um texto pelos alunos com uma reflexão sobre a desordem pública do caso

trabalhado inicialmente na reportagem. De acordo com Menin (2002) e Garcia (2006), a cidadania e a moralidade poderiam ser exploradas enquanto temáticas que permitem buscar critérios para definirmos o que é ser bom e correto, ou moral e eticamente certo, fornecendo parâmetros para pensar sobre o dever moral do sujeito em relação à sociedade, bem como quanto ao que acontece dentro e fora da escola.

No plano de aula “**O Hulk interior**”, obtido a partir da busca com o termo *civilidade*, e da expressão “*respeito mútuo*”, é proposta a reflexão sobre os meios de tornar a vida em comum mais agradável e menos estressante. Os conteúdos do plano são a ética, a moral e a vida em comum. É apresentado um embasamento teórico que permite ao professor delimitar os significados dos conceitos de moral e ética. A temática é desenvolvida a partir de uma reportagem intitulada “Pequeno Manual de Civilidade”, publicada na Revista Veja, propondo discussões a partir da violência no trânsito. Embora o plano de aula sugira que os alunos, além de lerem o texto da reportagem, registrem os momentos em que “soltam as suas feras”, ou seja, apresentam comportamentos negativos, recomenda-se que o professor explique as definições dos conceitos centrais, o que pode tornar o trabalho cansativo. Possivelmente seria mais produtivo discutir também outros contextos que levassem à discussão da mesma temática, como por exemplo, e se a professora mandasse você ficar em silêncio, mas todo mundo estivesse conversando? (IACOCCA, 2000). Ou, e se alguém na escola inventasse uma coisa feia sobre você? (IACOCCA, 2000). Estes são alguns exemplos que trariam a discussão para o ambiente escolar e que, da mesma forma, despertariam sentimentos de injustiça e revolta nos alunos, podendo-se pensar em alternativas para melhorar a convivência em grupo. No entanto, o plano segue pedindo para que os alunos respondam a uma pergunta mais abrangente por escrito: “O que posso fazer para que a vida de todos seja mais suportável?”, tarefa para ser realizada em casa e entregue na aula seguinte.

O plano de aula “**Motoristas raivosos: a civilidade em perigo?**”, encontrado a partir das palavras-chave *agressividade*, *civilidade* e *respeito mútuo* sem aspas, apresenta conteúdos vinculados à cultura, ao comportamento e à antropologia, com a intenção de relacionar esses temas com as problemáticas do trânsito, com base em uma reportagem da Revista Veja “Motoristas Movidos à Fúria”. A proposta é a de trabalhar em duas aulas. Na primeira, a reportagem com depoimentos de psicólogos que tentam buscar explicações para esse comportamento agressivo recorrente, seria utilizada como base para a discussão de diferenças culturais e quais as atitudes observadas mais frequentemente. A falta de civilidade também é colocada em pauta, bem como a influência do consumismo e das diferenças de gênero na expressão de tais comportamentos. Na segunda aula, as questões de gênero são

novamente evidenciadas, sendo uma oportunidade adequada para se trabalhar o preconceito e o princípio do respeito mútuo. Ao mencionar que identidades e valores podem ser totalmente diferentes em culturas distintas, é aberta a possibilidade de discutir a importância do princípio do respeito mútuo em diferentes situações e, no contexto da violência no trânsito, abordada inicialmente, poder-se-ia inserir o tema da cortesia linguística como fundamental para a manutenção desses princípios e evitar situações de violência. Por fim, pede-se para que cada aluno desenvolva um texto sobre o comportamento dos motoristas brasileiros sugerindo formas de melhorá-lo. Ao voltar para esse assunto, minimizando as discussões possivelmente geradas em aula, perde-se a oportunidade de sistematizar por escrito a discussão acerca da civilidade em diferentes contextos.

A civilidade, facilmente observada em pequenos gestos, está intrinsecamente inserida nas diferentes culturas, de diferentes maneiras. Cabe à escola adequar-se às diferenças e, ainda assim, transmitir o mínimo, que se tem como boa educação ou boas maneiras. Da mesma forma, a incivilidade está presente nas falas e nas ações da sociedade. Os professores, tidos muitas vezes como intelectualizados e, conseqüentemente, mais polidos, cometem equívocos nessa direção, não sendo uma atitude exclusiva dos alunos, muito embora a bibliografia relacionada comumente trate a incivilidade no ambiente escolar como sendo uma prática exclusiva dos alunos. Girardet (2005) traz em seu livro sobre boas maneiras, uma maneira sutil de perceber o quanto o comportamento se perpetua ao longo das gerações, além de demonstrar nuances culturais que tornam certas atitudes civilizadas ou incivilizadas conforme o local e o contexto.

O tema trazido com frequência pelas revistas como sendo do cotidiano é o trânsito. Em diferentes planos de aula, foi proposta a discussão de exemplos de comportamento violento e agressivo no trânsito, com a intenção de estender esse debate para as diferenças sociais que permeiam as condutas. Assim, a análise desses conflitos cotidianos possibilitaria dirigir o olhar para outras situações de incivilidade, podendo ser uma porta de acesso a situações do cotidiano escolar em que os mesmos princípios de respeito mútuo e cortesia linguística, entre outros, deveriam ser utilizados. Entretanto, tal aprofundamento permanece pendente nos planos, uma vez que as propostas iniciais de discussão abordam de maneira superficial questões relevantes, estando restritas à problemática do trânsito. Esse pode ser um bom ponto de partida, mas existem muitos outros temas mais próximos dos indivíduos em idade escolar do que esse, apontados nas obras de Iacocca (2000) e de Girardet (2005), por exemplo, na forma de dilemas cotidianos enfrentados por crianças, jovens e adultos.

O plano de aula “**Plaft! Soc! Bum! Pou!**”, encontrado a partir do termo *agressividade*, pretende refletir sobre o impacto da violência dos desenhos animados sobre o comportamento dos indivíduos que os assistem. Para isso, o plano baseia-se em uma reportagem da Revista Veja intitulada “Bichinhos legais”, e trás um pequeno trecho que problematiza a situação em questão. No trecho, um menino de oito anos assiste a um desenho em que um personagem persegue e faz *maldades* com o seu alvo – são o Coiote e o Papa-Léguas – como jogar uma bigorna na cabeça do outro, por exemplo. Ao assistir ao desenho, o menino faria ação semelhante ao jogar um vaso em cima de seu irmão, mas “a menos que o menino seja um psicopata mirim, tal cena jamais aconteceria”. A situação apresentada tenta esclarecer que o fato de a agressividade ser expressa de maneira frequente nos desenhos não significa atestar que, na vida real, o mesmo aconteça, sendo o ser humano um ser muito mais complexo para ter ações determinadas a partir desses enredos. O plano de aula sugere que esse contexto seja exposto à turma e que se discuta essa dualidade. Além disso, é apresentado ao professor um texto de apoio que aprofunda a questão de comportamento determinado pela violência dos desenhos e filmes. Estudos em épocas anteriores teriam sugerido que o jovem seria manipulável a partir desses contextos, mas o plano examina criticamente essas posições. Outro texto, proporcionado pelo plano, aborda o quanto as histórias infantis tiveram seus finais felizes modificados a partir de desfechos totalmente assustadores e diferentes dos conhecidos atualmente. Dessa forma, os dois textos de apoio para o professor permitem que ele amplie a discussão em sala de aula. A maneira como os textos são expostos permitem trabalhar as questões da autonomia, apesar de não ficar evidente durante o plano de aula essa sugestão. O trecho “é muito provável que essa ‘vivência’ do papel da vítima ou do agressor seja saudável, já que o ajuda a elaborar seus próprios conteúdos agressivos” exemplifica esse tema. Como atividade sugerida aos alunos, o plano propõe que, em um primeiro momento, seja feito um debate com a turma sobre a violência percebida nos desenhos e filmes e o quanto a vivência dessa emoção simbólica poderia influenciar atitudes futuras. Além disso, é sugerido o trabalho da linguagem utilizada em desenhos animados, a partir da análise de trechos de desenhos, sendo observada a intertextualidade, os estereótipos e clichês e a estratégia da previsibilidade.

A *agressividade* também é trabalhada nos planos de aula “**Reflexos inteligentes**” e “Até a geração dos ficantes sente ciúmes”. O primeiro deles atenta para o comportamento adquirido pelos animais através da observação dos pais e dos seus semelhantes. É sugerida a inclusão dos humanos nesse contexto e a visualização de um filme – “A Marcha dos Pinguins” – para enfatizar tal observação. Esse contexto introdutório serve de alicerce para

questionamentos sobre quais aspectos podem estar relacionados ao comportamento agressivo durante a fase adulta. Além disso, o plano traz vários exemplos de auto-reconhecimento em animais, trazendo também associações com humanos, como quando bebês se olham no espelho, por exemplo, e se reconhecem da mesma forma que outros animais. Outros exemplos semelhantes são expostos, entretanto, o pequeno trecho que sugere a discussão da agressividade – “tais indagações são um prato cheio para reflexões sobre os fatores ambientais e sociais que podem ser associados à agressividade na vida adulta” – se perde ao longo do plano de aula, não levando adiante tal discussão. Já no outro plano de aula – “**Até a geração dos ficantes sente ciúmes**” – as relações efêmeras comuns à juventude são tratadas uma vez que o sentimento de ciúmes pode levar a situações envolvendo a agressividade. Trechos de músicas, citações de filmes e contos da literatura brasileira são utilizados para embasar diferentes casos em que o ciúme faz-se presente. Sugere-se à turma que a possessividade seja debatida, no entanto, apesar de ser um bom gancho para discussões referentes à reciprocidade, não fica explícita a abordagem de tal tema. Sendo assim, apesar de trazer diferentes contextos relacionando agressividade e comportamento, ambos os planos de aula mostraram-se não apresentar o respeito mútuo como principal objetivo a ser trabalhado.

Um exemplo de plano de aula que pretende refletir sobre o valor social de práticas autônomas na juventude é o “**A gente somos diferentes**”, localizado a partir das expressões *heteronomia* e *reciprocidade*. O plano consta de um texto sobre a história de um menino pobre que além de estudar, trabalhava em casa e também realizava uma atividade remunerada no setor de serviços. Recomenda-se a utilização de uma reportagem, publicada na Revista Veja, a qual apresenta entrevistas com jovens, destacando a apatia de alguns membros da classe média brasileira. Além disso, também é indicada a análise do filme “O último imperador”, referindo a cena em que o monarca deposto e preso era incapaz de amarrar os próprios sapatos, recebendo o auxílio de um antigo servo para essa simples tarefa. O filme é sugerido para evidenciar a falta de autonomia do Imperador, comparada às iniciativas de jovens trabalhadores e à apatia de jovens de classe média. A reportagem e o filme como recursos didáticos para abordagem do tema da autonomia é adequada mas, no plano, não chega a ser explicitada uma estratégia para trabalhar o emprego da cortesia linguística e do princípio do respeito mútuo nas interações. O texto introdutório em que o professor pode se basear aborda unicamente o tema da autonomia, incluindo os estágios morais de desenvolvimento, parafraseando, mesmo sem citar, Piaget. O surgimento dessa temática em um plano de aula pode levar à abordagem do tema do respeito mútuo e da cortesia, dependendo da bagagem e da intenção do professor, entretanto, não diz exatamente como

trabalhar isso em sala de aula. As atividades indicadas baseiam-se em questões de reflexão sobre a divisão de tarefas e de responsabilidades no ambiente doméstico, não sendo apresentados problemas relativos ao ambiente escolar. Esse foi, entretanto, um dos planos de aula que mais se aproximou do interesse do presente estudo, por apresentar dilemas associados à autonomia, a partir de uma reportagem e de cenas de um filme, materiais que possibilitariam a proposta de outros problemas para discussão.

A questão do *preconceito* é diretamente trabalhada em alguns planos de aula: “Esta aula ajuda a identificar preconceitos sociais e culturais”, “Está na cara”, “Padrões de beleza na sociedade de consumo” e “Preconceito e violência entre jovens são temas para reflexão”. No primeiro deles – **“Esta aula ajuda a identificar preconceitos sociais e culturais”** –, abordam-se os aspectos ideológicos, históricos e culturais relacionados à linguagem. A intenção do plano é a de analisar o vocabulário e identificar preconceitos de diversas origens que estão por trás do nosso discurso cotidiano através da leitura de uma reportagem da Revista Veja, da percepção e discussão da conotação que diferentes expressões possuem e qual o seu significado histórico, demonstrando-se o preconceito embutido em várias delas, como por exemplo, na expressão “mulato”, que originalmente significava a mestiçagem de animais de carga (mulas) e que foi estendida à mestiçagem de brancos e negros. Os cuidados que se deve ter ao utilizar a linguagem aparecem nesse plano, podendo levar a discussões referentes à cortesia linguística. No plano **“Está na cara”**, o combate ao preconceito através de representações artísticas, como filmes, por exemplo, aparece como pretexto inicial. Alguns fenótipos aparecem comumente como alvos de preconceito disfarçado em representações artísticas, o que reforça determinados jargões de maneira negativa, vitimando certos grupos. O plano sugere a análise de diversos materiais, como filmes, reportagens e livros, a fim de entender o quanto o preconceito pode afetar determinados grupos. Da mesma forma, no plano de aula **“Padrões de beleza na sociedade de consumo”**, o preconceito e a discriminação que certos grupos sofrem são retratados através de exemplos. Nesse caso, entretanto, os padrões de beleza aparecem como destaque em uma sociedade de consumo preocupada em difundir e se encaixar em certos padrões, e quem foge à regra acaba sendo vítima por não seguir o modelo adequado. “Esses padrões mudam conforme a época ou a moda [...]. Tais tendências referem-se não somente às roupas, [...] mas também às formas do corpo”, tal qual o exemplo da boneca Barbie citado no plano. A reflexão pretendida pela proposta do plano é a de problematizar as consequências do consumismo permeado por ideologias e que influencia comportamentos. A maioria dos jovens não se enquadra nos padrões de beleza divulgados pelos meios de comunicação e pelos brinquedos, sendo essas

discussões interessantes no que se refere à percepção da influência que a cultura exerce sobre as gerações, o que poderia ser associado ao interesse do presente estudo na medida em que fosse trabalhada a contestação da massificação como subsídio para o cultivo do respeito às pessoas que fogem ao padrão de beleza da atualidade.

Diferentemente dos planos de aula localizados na Revista Nova Escola, localizamos um plano intitulado “Histórias que me contaram” (INSTITUTO PROMUNDO *et al.*, 2009), em que a discussão das diferenças entre homens e mulheres e os motivos que levam estas diferenças a se transformarem em desigualdades levam a refletir sobre as questões de gênero como uma construção social. Esta proposta, destinada tanto para séries do Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, inicia a atividade pedindo para que os alunos discutam sobre questões como “menino não chora” e “menina tem que sentar de perna fechada” e como eles – alunos – acham que esse tipo de comportamento se instaura na sociedade. Pretende-se, assim, concluir que estereótipos são imagens preconcebidas sobre determinadas pessoas, coisas ou situações, sendo que o uso cotidiano desse tipo de comportamento social, em que se espera certo comportamento de algumas pessoas em virtude de seu gênero, posição social, entre outros, além de limitar as oportunidades para diferentes grupos e pessoas, ainda é um grande motivador de preconceitos e discriminações.

Já no plano “**Preconceito e violência entre jovens são temas para reflexão**”, há uma maior adequação ao que pretende este estudo, uma vez que objetiva refletir sobre a tolerância e o respeito à diferença, compatível com o princípio do respeito mútuo. A partir da leitura de uma reportagem da Revista Veja, sugere-se que o professor analise com a turma os motivos que levam determinados grupos – gangues – a desrespeitar diferenças sociais e culturais, praticando atos de preconceito e de violência. A atividade solicitada aos alunos, após a leitura da reportagem, é a de que eles encontrem gravuras de estereótipos que representem contrastes, como por exemplo, “um escandinavo e um índio sul-americano, um jovem branco e outro negro, um executivo e um trabalhador braçal, uma *drag queen* e um fisiculturista, um nordestino e um gaúcho”. A partir dessas imagens, o plano sugere ao professor questionar aos alunos quais personagens eles acreditam ter mais capacidade intelectual, quem parece mais bem-sucedido e honesto. Com esses questionamentos, pretende-se levar os alunos a refletirem sobre visões estereotipadas e preconceituosas presentes na sociedade e que passam despercebidas, tidas como naturais. Ao longo do plano ainda são sugeridos outros recursos que embasam essa percepção. Assim, o plano pode conduzir à conclusão de que diferenças culturais deveriam ser respeitadas, e que a atitude de muitas gangues vai de encontro ao princípio do respeito mútuo.

Moreira e Candau (2003) chamam a atenção para a maneira como a escola se comporta diante de atos discriminatórios e preconceituosos. Frequentemente, o preconceito e a discriminação a determinadas pessoas surgem em função de características consideradas social e/ou culturalmente negativas em relação a outras. Em virtude disso, por instaurar uma igualdade padronizada que atenta para as diferenças reais entre todos, os alunos deixam de aprender a conviver com as diferenças, passando a cometer gestos de incivilidade e desrespeito. Cor da pele, orientação sexual, gênero, necessidades educacionais especiais são alguns exemplos de situações em que a diferença se transforma em desigualdade. Refletir é fundamental para que esses gestos não passem despercebidos, como se fossem pouco significativos, contribuindo para que não se perpetuem no ambiente escolar e na sociedade, de maneira geral.

A Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE, 2009) apresenta sugestões de atividades para apoio ao trabalho de educação preventiva com base nos direitos humanos. Entre outras temáticas, é possível encontrar sugestões de algumas ações destinadas ao trabalho acerca do preconceito, das diferenças étnicas e culturais e de atitudes discriminatórias. No entanto, apesar de várias das propostas serem direcionadas ao ensino fundamental, poderiam ser aplicadas também ao ensino médio. A prevalência de atividades direcionadas ao ensino fundamental evidencia que a maioria das propostas que se dispõem a trabalhar tais temáticas de forma objetiva não se destinam ao Ensino Médio. Permanecem as perguntas: essa lacuna decorre de uma crença de que os alunos mais velhos já teriam cultivado suficientemente a autonomia moral e as práticas de cordialidade ou decorre de um desconhecimento quanto à importância de reflexões dessa natureza com os jovens e também com os adultos?

A palavra-chave *indisciplina* permitiu o acesso a um plano de aula que não havia sido encontrado a partir dos outros termos, mas que possibilita a discussão do assunto de interesse deste estudo. O plano “**Indisciplinado e consumista: o que faz um jovem ser assim?**” pretende problematizar o papel da escola e o comportamento dos jovens nos dias atuais. Duas reportagens da Revista Veja são recomendadas inicialmente a fim de entender o que leva os jovens brasileiros a se comportarem de maneira indisciplinada, agressiva e compulsiva. De acordo com o plano, a questão da indisciplina pode ser debatida através da educação e da cultura escolar e/ou através das relações da instituição de ensino com a família e com a sociedade em geral. Pede-se para que os alunos avaliem as atitudes da escola diante de temas como o desrespeito, as punições, os limites, a avaliação e a relação entre professor e aluno. Além disso, é feita importante relativização ao ser mencionado que violência não está

diretamente ligada à pobreza, além de observações acerca de episódios ocorridos tanto entre escolas públicas, quanto privadas. A presença da família sobre o comportamento dos jovens recebe destaque bem como a importância de um projeto pedagógico em parceria com a comunidade, “baseada em valores como cooperação e solidariedade” os quais, quando presentes, poderiam servir de base para que todos tenham onde se apoiar em situações de conflito, permitindo que o respeito mútuo seja construído em conjunto. Os valores são colocados em pauta ao se discutir o comportamento vaidoso e o individualismo, cada vez mais presentes, inspirando a competitividade entre os jovens. Segundo o plano, a escola possui o poder de contribuir de maneira significativa para tais temas, podendo, inclusive, incluí-los nos conteúdos curriculares, “fazendo críticas e propondo alternativas”. Por fim, este plano de aula instiga diversos caminhos à discussão. Pede-se aos alunos para que eles façam uma análise do papel da família na postura positiva dos filhos, do papel da escola e dos professores nesse contexto e ainda para que eles proponham dicas de comportamento para os estudantes. Levar os alunos a esse tipo de questionamento permite que eles desenvolvam sua autonomia. Práticas pedagógicas direcionadas à construção de formas de interação orientadas pelo princípio da reciprocidade são de suma importância mesmo durante o período do Ensino Médio, fase em que muitas vezes essas questões são esquecidas, deixadas de lado ou até contestadas. Além do mais, a preocupação da escola com esse assunto chama para si uma problemática claramente percebida pela sociedade atual, deixando de passar a responsabilidade para a família, como se não tivesse, entre seus objetivos, a formação de cidadãos.

A indisciplina, enquanto ruptura das normas, deveria ser enfrentada pela abertura de um espaço para reflexão, nos momentos de transgressão do contrato implícito feito pela escola com os alunos. Este contrato, entretanto, não considera a opinião do aluno, é um contrato que, por ser imposto, reforça a heteronomia, e por ser composto de unilateralidade, para cumprimento exclusivo pelos alunos, não conduz, por si só, à reflexão. Quando algum aluno infringe uma norma é punido ou reprimido, poucas vezes entendendo-se o porquê de tal transgressão e também do castigo, o que torna a sanção pouco significativa.

Localizados somente a partir da expressão *respeito mútuo* sem aspas, não tendo surgido anteriormente com o emprego de outros termos, foram selecionados ainda três planos de aula: “**Bullying, um problema que merece tradução**”, “Liberdade com igualdade?” e “Qual é a sua tribo?”. O primeiro deles aborda o comportamento agressivo físico e moral característico do *bullying*. A sugestão do plano é a de que os alunos leiam pequenos trechos de reportagens da Revista Veja, que relatam pesquisas feitas em algumas escolas do Rio

Grande do Sul e do Rio de Janeiro, e também que se explore um Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre os Estudantes. Essas leituras seriam o estímulo inicial para as reflexões pretendidas ao longo da proposta. O plano orienta o professor para que inicie um debate com os alunos de modo a que eles percebam em quais situações esse tipo de comportamento é observado, se alguns deles sofrem com isso ou se, por vezes, também já foram considerados agressores. Perceber que o *bullying* faz parte do cotidiano escolar e que se trata de uma prática que deve ser combatida e evitada, pois pode trazer sérias consequências para as vítimas e também para os agressores, permite a compreensão acerca da importância de respeitar os outros. A fim de entender o que esse fenômeno significa e representa, sugere-se que a palavra *bullying*, que não apresenta um termo equivalente em português, seja desmembrado e traduzido para que os alunos entendam o seu significado. Uma ação de valor pretendida pelo plano é a de que os alunos, após refletirem e discutirem sobre diferentes casos, possam elaborar uma lista de ações que pretendam evitar o *bullying* no ambiente escolar. Além da realização das atividades em sala de aula, a discussão seria levada também para o conjunto da comunidade escolar, por meio da confecção e exposição de painéis em diferentes ambientes do colégio. Sendo assim, percebe-se que esse plano de aula pode levar a discussões sobre o respeito mútuo e, apesar de esse objetivo não estar explícito no texto, subentende-se que essa é uma das propostas a serem atingidas, e não somente a de entender e evitar o *bullying*.

O tema *bullying* é abordado de maneira semelhante por Saruê e Boffa (2009) e por Fante (2009) que delimitam o tema, identificando situações violentas no contexto escolar, suas consequências e como lidar com suas ocorrências. Os autores propõem o trabalho tanto com as pessoas envolvidas na escola quanto com as famílias, contextualizando esses eventos a partir da análise crítica da violência presente na vida cotidiana, incluindo a que ocorre na rua, em nossas casas, no trabalho e na mídia, ou seja, as situações onde as diferenças são pretexto para a desigualdade. Nessas propostas, sugere-se que o professor questione os alunos por meio de questões, como por exemplo, o que você faria se fosse o protagonista da história explorada em aula, se fosse o agressor ou a vítima. Pensar no respeito mútuo é se colocar no lugar do outro, rever decisões, pensar em alternativas a fim de solucionar problemas. Essa temática envolve tanto o preconceito quanto a agressividade, sendo o seu entendimento, de acordo com Santos (2001), fundamental para a expressão de sentimentos e a percepção da realidade que produz gestos de incivilidade e violência entre os estudantes.

No plano “**Liberdade com igualdade?**”, apesar de ser bastante presente a questão histórica, alguns trechos destacam pontos relevantes sobre o quanto a conciliação entre os

princípios da igualdade e da liberdade são fundamentais para a vida em comum. Entre fatos históricos, filósofos e modelos sócio-culturais que marcaram os séculos, as noções de direitos humanos surgem como sugestões de discussão entre alunos e professores. Entretanto, muito embora esses conceitos possam servir para trabalhar aspectos relacionados às relações envolvendo o respeito mútuo, o plano de aula mostra-se distante das intenções buscadas pelo presente trabalho. Da mesma forma, o plano de aula “**Qual é a sua tribo?**”, apesar de abordar diferenças culturais entre jovens contemporâneos e de gerações anteriores, afasta-se, ao longo de seu texto, do que vem sendo examinado no presente trabalho.

A maioria dos planos de aula sugeridos pela Revista Nova Escola partem de reportagens publicadas na Revista Veja. Alguns utilizam outros recursos, como filmes, trechos de músicas e etc., entretanto, o que a busca evidenciou, foi a ausência da temática do *respeito mútuo* e da *cortesia linguística* de forma explícita nos planos de aula, a qual só apareceu de forma periférica. O princípio do *respeito mútuo* ainda aparecia de maneira indireta em algumas propostas, possibilitando que elas fossem utilizadas pelo professor como ferramenta para se trabalhar esse tema. Não obstante, constatou-se uma lacuna em relação à temática da *cortesia linguística* na busca feita nesse trabalho.

Ao analisar alguns planos de aula que surgiram na busca, mas que eram destinados à Educação Infantil, foi possível observar que muitos deles previam questões relativas ao trabalho com valores e à construção da identidade durante o processo de escolarização. Entretanto, nos planos destinados ao Ensino Médio, esse tema é silenciado. Nesse sentido, é possível observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Educação Fundamental um documento denominado *Ética* que aborda o tema justificando seu objetivo:

[...] descrevendo-o historicamente e referenciando-o aos valores que orientam o exercício da cidadania numa sociedade democrática. Defende-se a importância da escola na formação ética das novas gerações na perspectiva da transversalidade, situando-a no contexto das diversas influências que a sociedade exerce sobre o desenvolvimento das crianças. (BRASIL, 1998, p. 45).

O documento pretende ainda tratar de “conteúdos relacionados ao respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo” (BRASIL, 1998, p. 45), apresentando orientações didáticas gerais. No entanto, fica a questão a ser refletida se tais instruções são adotadas pelas instituições escolares.

Já no PCN direcionado à etapa final da Educação Básica, observa-se maior preocupação em formar o aluno para o mercado de trabalho e, apesar de abordar o tema da cidadania e de apresentar um breve trecho sobre a “formação ética e o desenvolvimento da

autonomia intelectual e do pensamento crítico”, essa não parece ser a principal proposta a qual os professores do Ensino Médio devam se dedicar (BRASIL, 2000, p. 66).

Todavia, o que apareceu, durante a revisão bibliográfica e, depois, durante a análise de planos de ensino propostos na Revista Nova Escola, é que essa discussão não parece penetrar efetivamente no dia a dia das salas de aula, sendo silenciado o papel da escola de formar os integrantes do meio social. Apesar de temáticas como formação ética e moral serem discutidas academicamente, depende muito do professor a atenção que ele pretende dar a esse tipo de tema e a forma que irá trabalhar no ambiente escolar tais questões. Diante disso, ainda restam muitas dúvidas sobre o porquê de um tema de suma importância social ser posto de lado, ficando a escola restrita ao compromisso de transmitir conhecimento acumulado e pouco empenhada na formação ética e moral do cidadão.

Para que se possa avançar nesse processo, a formação docente deveria receber maior atenção, uma vez que o papel do professor que deseja incluir tais temáticas na instituição escolar é fundamental (MOREIRA e CANDAU, 2003). Espera-se assim que os educadores incluam em seu planejamento atividades que estimulem o debate na escola e possibilitem a vivência de interações sociais em que todos os integrantes da comunidade escolar adquiram os meios necessários para expressar seus diferentes pontos de vista, promovendo uma escola mais justa para todos.

Sendo assim, para que os temas envolvendo o princípio do *respeito mútuo* e da *cortesia linguística* sejam abordados de maneira efetiva, o presente trabalho sugere que a formação de educadores professores promova esses questionamentos, e que a instituição escolar implemente projetos destinados à construção de ações escolares no sentido que o trabalho propõe.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado verificou-se que uma importante publicação dirigida ao público das escolas mostrou-se voltada à transmissão de conhecimento através de planos de aula, deixando de lado algumas temáticas do dia a dia, valores e orientações quanto às relações interpessoais. Nessa revista, as propostas endereçadas ao Ensino Médio apresentam-se completamente carentes no trabalho efetivo dessas temáticas, embora seja possível encontrar sugestões práticas voltadas ao Ensino Fundamental.

É evidente que a postura do professor em sala de aula contribui para que valores morais e éticos sejam transmitidos, entretanto, a falta de sugestões de práticas pedagógicas destinadas ao propósito de desenvolver o senso de reciprocidade e da cortesia coloca esses assuntos de lado, minimizando sua importância. Deixar para que interações sociais, negociações e resolução de conflitos escolares dependam exclusivamente das intenções e da criatividade docente, sem apoio, resultam em muitos dos problemas percebidos hoje, como a indisciplina, a violência e a agressividade no ambiente escolar.

Na escola, cada professor fica responsável por uma fatia do conhecimento e o objetivo das tarefas restringe-se à produção de resultados como provas, cartazes, apresentações, ou ainda pior, notas. A ausência de projetos pedagógicos em que os professores estejam engajados em cultivar as melhores maneiras de se experimentar o princípio do respeito mútuo por meio da cortesia, relegam as escolas a uma posição de transmissoras de conteúdos. O presente estudo foi orientado pela preocupação em desenvolver possibilidades de constituir interações sociais, no ambiente da sala de aula, que promovam a cooperação e a solidariedade dos alunos entre si e com a equipe escolar.

Quem nunca ouviu falar que antigamente os valores eram observados com mais frequência no cotidiano escolar. Contudo, embora o respeito dos alunos em relação aos professores e adultos, de um modo geral, fosse exigido e as boas maneiras ensinadas, os resultados eram obtidos por meio de estratégias autoritárias. O caráter civilizatório observado no processo de escolarização, de décadas passadas, passava pelo silenciamento dos alunos em geral e das minorias discriminadas, em particular. No presente estudo, a intenção foi abordar a cortesia linguística em sala de aula como uma maneira delicada de ensinar, durante as interações sociais, entre professores e alunos, sustentadas pelo princípio da reciprocidade.

O estudo demonstrou que, possivelmente, a inclusão de tais temáticas, muito particulares a cada cultura, precisa ocorrer tanto nos locais de formação, quanto em ambientes de trabalho dos professores, mas também em materiais utilizados como fontes de estudo e atualização, como as revistas. Assim, fica clara a necessidade de desenvolvimento de estudos e de práticas pedagógicas que tenham como foco o princípio do respeito mútuo, empregando como veículo a cortesia linguística, a fim de implementar interações mais harmoniosas no cotidiano escolar e contribuir para a formação de educadores e educandos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Escola, democracia e a construção de personalidades morais.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 2, p.91-107, jul./dez, 2000.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 5ª Ed./2010, n. 248, 23/12/1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental – Temas transversais: Ética)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p.432-443, jul/dez, 2002.

CIRELLI, Renira Appa. **Lembre-se de ser Cortês** – Interação na Sala de Aula (teoria de ameaça às faces entre professor e aluno). *Sumaré: Rev. Acadêmica Eletrônica*, 1ª Edição, p.01-10, 2009. Disponível em: <http://www.sumare.edu.br/raes/edicoes/ed01/raesed01_artigo05.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2011.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 140, março/2002.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: A História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v. 1, 1994.

FANTE, Cleo. **O bullying na escola.** In: Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE) & Governo do Estado de São Paulo, 2009. p. 77-80

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FDE). **Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar** – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. Governo do Estado de São Paulo, 2009.

GARCIA, Joe. **Relações entre indisciplina, incivilidade e cidadania na escola.** *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 8, n. 1, p.121-130, dez. 2006.

GIRARDET, Sylvie. **Boas maneiras em pequenos passos.** São Paulo: *Companhia Editora Nacional*, 2005. 47 p.

GOMES, Romeu. **Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa Qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 27 Ed. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 2008. p. 79-108

IACOCCA, Liliana; IACOCCA, Michele. **O que fazer?** : Falando de Convivência. 16^a Ed. [Primeira Edição em 1993], São Paulo: *Ática*, 2000. 48p.

INSTITUTO PROMUNDO, ECOS, PAPAÍ E SALUD Y GÊNERO. **Histórias que me contaram.** In: *Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula.* Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE) & Governo do Estado de São Paulo, 2009. p. 56-57

INSTITUTO PROMUNDO, ECOS, PAPAÍ E SALUD Y GÊNERO. **Minha família é assim.** In: *Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula.* Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE) & Governo do Estado de São Paulo, 2009. p. 54-55

KAMII, Constance. **A Criança e o Número: Implicações Educacionais da Teoria de Jean Piaget para a Atuação junto a Escolares de 4 a 6 anos.** Tradução Regina A. de Assis. 14^a ed. – Campinas, SP: *Papirus*, 1991. p. 103-124

KINDEL, Eunice Aita Isaia; SILVA, Fabiano Weber da; SAMMARCO, Yanina Micaela (Org.). **Educação Ambiental: Vários olhares e várias práticas.** Porto Alegre: *Mediação*, 2004. p. 89

LA TAILLE, Yves de. **A Escola e os Valores: a Ação do Professor.** In: *Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor.* Yves de La Taille, Nelson Pedro-Silva e José Sterza Justo. Porto Alegre: *Mediação*, 2005.

LOPES, Cesar Valmor Machado; KINDEL, Eunice Aita Isaia. **Prática de Ensino em Ciências.** In: *Práticas de Ensino na UFRGS: narrando pedagogias.* (org.) Maria Isabel H Dalla Zen & Nádia Geisa S. de Souza. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 33-40, 2001.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. **Valores na escola.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 91-100, jan./jun, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 Ed. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 2008.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construído caminhos**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, mai/jun/jul/ago, 2003.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades**. *Cadernos de Pesquisa em Administração*. v.1, n.3. São Paulo, 1996.

POLATO, Amanda. **Yves de La Taille: "Nossos alunos precisam de princípios, e não só de regras"**. *Revista Nova Escola*, 2011. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-eadolescente/comportamento/fala-mestre-yves-la-taille-466838.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2011.

RODRIGUES, David Fernandes. **Cortesia Linguística – Uma competência discursivo-textual**. 2003. 510f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

ROSA, Russel Teresinha Dutra Da.; VEIT, Maria Helena Degani. **Estágio Docente: análise de interações sociais em sala de aula**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 295-316, jan./abr., 2011.

ROSA, Russel Teresinha Dutra Da. **Formação inicial de professores: análise da prática de ensino em Biologia**. 2007. 417f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares Dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p.105-122, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022001000100008>. Acesso em: 11 ago. 2011.

SARUÊ, Sandra & BOFFA, Marcelo. **E se fosse com você?** In: Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE) & Governo do Estado de São Paulo, 2009. p. 24-25

SARUÊ, Sandra & BOFFA, Marcelo. **Posso fazer diferente**. In: Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE) & Governo do Estado de São Paulo, 2009. p. 26-27

SOARES, Rosângela Rodrigues; RODRIGUES, Margaret. **Agressividade: um problema de saúde?** In: Saúde e Sexualidade na Escola. Porto Alegre: *Mediação*. Cap. 11, 1998. p. 161-170

TARDELI, Denise D'Aurea. **O Respeito na Sala de Aula**. Petrópolis, RJ: *Vozes*, p. 45-49, 2003.

UNBEHAUM, Sandra. **Educação e Direitos Humanos**. In: Cadernos de Textos da Reunião Técnica de 2008. São Paulo: FDE, 2008.

Endereço eletrônico da Revista Nova Escola:

REVISTA NOVA ESCOLA. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/>.